

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	5
Demonstração do Resultado	7
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Demonstração do Fluxo de Caixa	9

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011	11
DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010	12
DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009	13
Demonstração do Valor Adicionado	14

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	15
Balanço Patrimonial Passivo	17
Demonstração do Resultado	19
Demonstração do Resultado Abrangente	21
Demonstração do Fluxo de Caixa	22

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011	24
DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010	25
DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009	26
Demonstração do Valor Adicionado	27

Relatório da Administração	29
Notas Explicativas	45
Proposta de Orçamento de Capital	123

Pareceres e Declarações

Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva	124
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	126

Índice

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	127
Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes	128
Motivos de Reapresentação	129

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	82.252
Preferenciais	0
Total	82.252
Em Tesouraria	
Ordinárias	252
Preferenciais	0
Total	252

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	19/04/2011	Dividendo	06/05/2011	Ordinária		0,46703
Proposta	03/04/2011	Dividendo	31/08/2012	Ordinária		0,20257

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 31/12/2009
1	Ativo Total	909.045	629.816	500.565
1.01	Ativo Circulante	231.508	86.400	89.351
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.530	12.331	350
1.01.01.01	Disponibilidades e Valores Equivalentes	1.530	12.331	350
1.01.02	Aplicações Financeiras	147.095	35.027	57.049
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	147.095	35.027	57.049
1.01.02.01.03	Títulos Públicos Federais (LFT)	0	0	6
1.01.02.01.04	Certificados de Depósitos Bancários - CDB	109.424	16.979	12.284
1.01.02.01.05	Debêntures de Instituições Financeiras	37.671	18.048	31.577
1.01.02.01.06	Depósitos a prazo com Garantia Especial	0	0	13.182
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.399	2.751	0
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	81.484	36.291	31.952
1.01.08.03	Outros	81.484	36.291	31.952
1.01.08.03.01	Partes Relacionadas	23.740	62	25.578
1.01.08.03.02	Adiantamento a Funcionários/ Terceiros	19	20	0
1.01.08.03.03	Dividendos a Receber	55.153	28.459	0
1.01.08.03.04	Juros s/ capital próprio	1.275	0	0
1.01.08.03.05	Outros	1.297	7.750	6.374
1.02	Ativo Não Circulante	677.537	543.416	411.214
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	7.587	4.896	3.982
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	0	3.153	2.668
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	0	3.153	2.668
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	7.587	1.743	1.314
1.02.01.09.03	Outros	6.902	0	0
1.02.01.09.05	Depósitos Judiciais	685	345	322
1.02.01.09.06	Despesas antecipadas	0	1.398	992
1.02.02	Investimentos	663.058	530.423	344.571
1.02.02.01	Participações Societárias	663.058	530.423	344.571
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	663.058	530.423	344.571

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 31/12/2009
1.02.03	Imobilizado	6.068	8.097	219
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	6.068	8.097	219
1.02.04	Intangível	824	0	62.442
1.02.04.01	Intangíveis	824	0	62.442
1.02.04.01.02	Outros Intangíveis	824	0	62.442

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 31/12/2009
2	Passivo Total	909.045	629.816	500.565
2.01	Passivo Circulante	35.920	23.499	32.273
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	181	220	162
2.01.01.01	Obrigações Sociais	47	90	53
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	134	130	109
2.01.02	Fornecedores	325	293	208
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	325	214	208
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais	325	214	201
2.01.02.01.02	Outros	0	0	7
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	0	79	0
2.01.03	Obrigações Fiscais	262	254	1.364
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	246	224	1.364
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	67	76	1.328
2.01.03.01.02	Pis e Cofins a Pagar	179	148	36
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	16	30	0
2.01.03.03.01	Obrigações Fiscais Municipais	16	30	0
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	4.901	1.089	0
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	4.901	1.089	0
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	4.901	1.089	0
2.01.05	Outras Obrigações	30.251	21.643	30.539
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	11.521	2.330	6
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas	11.521	2.330	6
2.01.05.02	Outros	18.730	19.313	30.533
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	16.662	19.157	30.533
2.01.05.02.04	Outros	2.068	156	0
2.02	Passivo Não Circulante	254.190	20.419	14.848
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	244.890	7.519	0
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	244.890	7.519	0
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	244.890	7.519	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 31/12/2009
2.02.02	Outras Obrigações	9.300	12.900	14.848
2.02.02.02	Outros	9.300	12.900	14.848
2.02.02.02.03	Adiantamento de Convênio	9.300	12.900	14.700
2.02.02.02.04	Outros	0	0	148
2.03	Patrimônio Líquido	618.935	585.898	453.444
2.03.01	Capital Social Realizado	361.573	360.137	295.237
2.03.01.01	Capital Social Realizado	364.392	360.443	295.237
2.03.01.02	Gastos com emissão de ações	-2.819	-306	0
2.03.02	Reservas de Capital	109.760	106.851	100.398
2.03.02.04	Opções Outorgadas	13.194	9.810	3.916
2.03.02.07	Ágio na subscrição de ações	96.566	97.041	96.482
2.03.04	Reservas de Lucros	147.602	119.315	58.109
2.03.04.01	Reserva Legal	13.779	10.270	6.237
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	140.170	90.185	51.872
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	19.157	0
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-6.347	-297	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	-405	-300

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	77.385	74.584	52.595
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-12.626	-11.396	-9.153
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	2.996	3.076	1.805
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-2.181	0	0
3.04.05.02	Resultado das atividades não continuadas	-2.181	0	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	89.196	82.904	59.943
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	77.385	74.584	52.595
3.06	Resultado Financeiro	-7.230	6.005	12.031
3.06.01	Receitas Financeiras	4.930	6.313	12.045
3.06.02	Despesas Financeiras	-12.160	-308	-14
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	70.155	80.589	64.626
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	0	71	-1.260
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	70.155	80.660	63.366
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	70.155	80.660	63.366
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,00085	0,00101	0,00081
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0,00081	0,00098	0,00078

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
4.01	Lucro Líquido do Período	70.155	80.660	63.366
4.02	Outros Resultados Abrangentes	0	-105	-697
4.02.01	Varição cambial sobre investimento no exterior	0	-105	-697
4.03	Resultado Abrangente do Período	70.155	80.555	62.669

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-11.834	18.816	723
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-12.634	-2.156	1.974
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício/Período	70.155	80.660	63.366
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	2.338	677	0
6.01.01.03	Valor Residual Baixado do Imobilizado	0	219	0
6.01.01.08	Jrs s/ Empréstimos a Soc. Controladas	288	-808	-1.449
6.01.01.09	Equivalência Patrimonial	-89.196	-82.904	-59.943
6.01.01.10	Perdão de dívida	3.298	0	0
6.01.01.11	Jrs s/ empréstimos e financiamentos	4.540	0	0
6.01.01.12	Apropriação de convênios	-1.800	0	0
6.01.01.13	Rendimento sobre aplicações	-2.257	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	800	20.972	-1.251
6.01.02.02	(Aumento) em Outros Ativos	984	-4.570	-667
6.01.02.03	Aumento (Redução) em Fornecedores	32	92	-436
6.01.02.04	Aumento (Redução) em Obrig. Tributárias	8	-1.110	-1.235
6.01.02.05	Aumento em Salários e Encargos Sociais	-39	58	0
6.01.02.06	Aumento (Redução) em Outros Passivos	112	139	15
6.01.02.07	Aumento (Redução) Adiantamento Convênios	0	-1.800	-1.800
6.01.02.08	Aumento (Redução) Ativo não circulante	-35	0	-2.089
6.01.02.09	Aumento (Redução) em Contas a Receber (P.R.)	0	25.839	4.955
6.01.02.10	Aumento (Redução) em Contas a Pagar (P.R.)	0	2.324	6
6.01.02.12	Juros s/ capital próprio	-1.275	0	0
6.01.02.13	(Aumento) Redução em adiantamento a funcionários/ terceiros	1	0	0
6.01.02.14	(Aumento) Redução de despesas antecipadas	1.352	0	0
6.01.02.15	Aumento em depósitos judiciais	-340	0	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-192.611	-49.412	18.004
6.02.01	Aplicações Financeiras	-109.811	22.022	59.997
6.02.02	Aquisição de Controladas	-13.767	559	0
6.02.03	Imobilizado	-308	-8.774	-219

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
6.02.04	Intangível - Outros	-6	-6	0
6.02.05	Diferido	0	0	1.384
6.02.06	Investimento em Empresa Controladas	7.076	-34.754	-217
6.02.07	Dividendos a Receber	-26.694	-28.459	0
6.02.08	Adto p/Futuro Aumento de Capital	-33.363	0	-42.941
6.02.09	Fundo de comércio	-818	0	0
6.02.10	Mutuo em controladas	-14.920	0	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	193.644	42.577	-18.563
6.03.01	Aumento de Capital	3.949	65.206	0
6.03.02	Dividendos Distribuidos	-38.314	-30.529	-17.866
6.03.04	Ações em Tesouraria	-6.050	-297	0
6.03.06	Gastos com emissão de ações	-2.513	-306	0
6.03.08	Aumento de empréstimos e financiamentos	236.643	8.608	0
6.03.09	Outros	-71	-105	-697
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-10.801	11.981	164
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	12.331	350	186
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.530	12.331	350

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	360.137	106.851	119.315	0	-405	585.898
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	360.137	106.851	119.315	0	-405	585.898
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.436	3.385	-25.207	-16.661	0	-37.047
5.04.01	Aumentos de Capital	3.949	0	0	0	0	3.949
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	-2.513	0	0	0	0	-2.513
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	3.385	0	0	0	3.385
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	0	-4.459	0	0	-4.459
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	0	-1.591	0	0	-1.591
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-16.661	0	-35.818
5.04.08	Dividendos Pagos	0	0	-19.157	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	70.155	405	70.560
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	70.155	0	70.155
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	405	405
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	405	405
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-476	53.494	-53.494	0	-476
5.06.01	Constituição de Reservas	0	-476	53.494	-53.494	0	-476
5.07	Saldos Finais	361.573	109.760	147.602	0	0	618.935

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	295.237	100.398	59.021	-914	-300	453.442
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	-912	914	0	2
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	295.237	100.398	58.109	0	-300	453.444
5.04	Transações de Capital com os Sócios	64.900	5.894	18.860	-38.314	0	51.899
5.04.01	Aumentos de Capital	65.206	0	0	0	0	64.900
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	-306	0	0	0	0	559
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	5.894	0	0	0	5.894
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	0	-297	0	0	-297
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-19.157	0	-19.157
5.04.08	Dividendos Propostos	0	0	19.157	-19.157	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	80.660	-105	80.555
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	80.660	0	80.660
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-105	-105
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-105	-105
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	559	42.346	-42.346	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	42.346	-42.346	0	0
5.07	Saldos Finais	360.137	106.851	119.315	0	-405	585.898

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	295.237	96.482	25.274	0	397	417.390
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	295.237	96.482	25.274	0	397	417.390
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	3.916	0	-30.533	0	-26.617
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	3.916	0	0	0	3.916
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-30.533	0	-30.533
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	63.366	-697	62.669
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	63.366	0	63.366
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-697	-697
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-697	-697
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	33.747	-33.747	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	33.747	-33.747	0	0
5.07	Saldos Finais	295.237	100.398	59.021	-914	-300	453.442

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-8.174	-6.463	-5.923
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-8.902	-6.463	-5.923
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-10	0	0
7.02.04	Outros	738	0	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	-8.174	-6.463	-5.923
7.04	Retenções	-2.338	-678	-1.384
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-2.338	-678	-1.384
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-10.512	-7.141	-7.307
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	97.122	92.293	74.707
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	89.196	82.904	60.857
7.06.02	Receitas Financeiras	4.930	6.313	12.045
7.06.03	Outros	2.996	3.076	1.805
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	86.610	85.152	67.400
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	86.610	85.152	67.400
7.08.01	Pessoal	3.145	3.181	2.486
7.08.01.01	Remuneração Direta	3.141	3.181	2.482
7.08.01.02	Benefícios	0	0	4
7.08.01.03	F.G.T.S.	4	0	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.150	1.003	1.534
7.08.02.01	Federais	1.087	938	1.534
7.08.02.03	Municipais	63	65	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	12.160	308	14
7.08.03.01	Juros	12.160	308	14
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	70.155	80.660	63.366
7.08.04.02	Dividendos	33.324	38.313	30.533
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	36.831	42.347	32.833

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 31/12/2009
1	Ativo Total	1.068.718	804.536	688.328
1.01	Ativo Circulante	492.239	390.428	350.483
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	21.857	44.727	51.303
1.01.01.01	Disponibilidades e Valores Equivalentes	21.857	44.727	51.303
1.01.02	Aplicações Financeiras	147.565	120.687	149.730
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	147.565	120.687	149.730
1.01.02.01.03	Títulos Públicos Federais (LFT)	0	0	15
1.01.02.01.04	Certificados de Depósitos Bancários - CDB	108.526	58.503	32.240
1.01.02.01.05	Debêntures de Instituições Financeiras	39.039	62.184	82.877
1.01.02.01.06	Depósitos a prazo com Garantia Especial	0	0	34.598
1.01.03	Contas a Receber	244.070	156.422	117.982
1.01.07	Despesas Antecipadas	10.318	9.960	0
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	68.429	58.632	31.468
1.01.08.03	Outros	68.429	58.632	31.468
1.01.08.03.01	Partes Relacionadas	259	7.051	205
1.01.08.03.02	Adiantamento a Funcionários/ Terceiros	17.472	6.213	11.201
1.01.08.03.03	Outros	34.015	30.837	19.151
1.01.08.03.06	Contas a Compensar - Sistem FIES	16.683	14.531	911
1.02	Ativo Não Circulante	576.479	414.108	337.845
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	84.592	58.737	27.942
1.02.01.06	Tributos Diferidos	13.365	15.337	2.368
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	13.365	15.337	2.368
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	664	2.166	2.195
1.02.01.07.01	Despesas Antecipadas	664	2.166	2.195
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	0	3.153	2.676
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	0	3.153	2.676
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	70.563	38.081	20.703
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	63.564	38.081	20.703
1.02.01.09.04	Outros	6.999	0	0

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 31/12/2009
1.02.02	Investimentos	229	7.728	228
1.02.02.01	Participações Societárias	0	7.500	0
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	0	7.500	0
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	229	228	228
1.02.02.02.01	Obras de Arte	229	228	228
1.02.03	Imobilizado	263.801	210.958	192.020
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	229.498	199.613	171.503
1.02.03.02	Imobilizado Arrendado	9.713	6.861	12.065
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	24.590	4.484	8.452
1.02.04	Intangível	227.857	136.685	117.655
1.02.04.01	Intangíveis	227.857	136.685	117.655
1.02.04.01.02	Outros Intangíveis	86.267	136.685	117.655
1.02.04.01.03	Àgio	141.590	0	0

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 31/12/2009
2	Passivo Total	1.068.718	804.536	688.328
2.01	Passivo Circulante	134.668	139.498	163.142
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	57.490	58.005	59.128
2.01.01.01	Obrigações Sociais	17.633	16.001	14.492
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	39.857	42.004	44.636
2.01.02	Fornecedores	18.199	17.846	17.624
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	0	17.714	17.289
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais	0	17.714	17.289
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	0	132	335
2.01.02.02.01	Fornecedores Estrangeiros	0	132	335
2.01.03	Obrigações Fiscais	15.846	19.157	15.994
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	11.122	15.619	12.562
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	9.780	14.634	10.927
2.01.03.01.02	Pis e Cofins a Pagar	1.059	701	1.167
2.01.03.01.05	IOF	64	0	0
2.01.03.01.07	Parcelamento de tributos	219	284	468
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	4.724	3.538	3.432
2.01.03.03.01	Obrigações Fiscais Municipais	4.724	3.538	3.432
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	6.549	1.760	4.721
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	6.549	1.760	4.721
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	6.549	1.760	4.721
2.01.05	Outras Obrigações	36.584	42.730	65.675
2.01.05.02	Outros	36.584	42.730	65.675
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	16.662	19.157	30.533
2.01.05.02.04	Mensalidades Antecipadas	8.972	18.891	30.258
2.01.05.02.05	Compromissos a Pagar	5.374	1.500	4.884
2.01.05.02.07	Outros	5.576	3.182	0
2.02	Passivo Não Circulante	315.115	79.140	71.742
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	247.847	7.762	849

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 31/12/2009
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	247.847	7.762	849
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	247.847	7.762	849
2.02.02	Outras Obrigações	19.344	22.200	25.354
2.02.02.02	Outros	19.344	22.200	25.354
2.02.02.02.03	Adiantamento de Convênio	14.913	20.687	23.573
2.02.02.02.04	Parcelamento de Tributos	4.431	1.513	1.778
2.02.02.02.09	Outros	0	0	3
2.02.03	Tributos Diferidos	1.812	0	0
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.812	0	0
2.02.04	Provisões	46.112	49.178	45.539
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	32.419	36.444	33.274
2.02.04.01.05	Provisões para Contingências	32.419	36.444	33.274
2.02.04.02	Outras Provisões	13.693	12.734	12.265
2.02.04.02.04	Provisão com Obrigações Desmobilização de Ativos	13.693	12.734	12.265
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	618.935	585.898	453.444
2.03.01	Capital Social Realizado	361.573	360.137	295.237
2.03.01.01	Capital Social Realizado	364.392	360.443	0
2.03.01.02	Gastos com emissão de ações	-2.819	-306	0
2.03.02	Reservas de Capital	109.760	106.851	100.398
2.03.02.04	Opções Outorgadas	13.194	9.810	3.916
2.03.02.07	Ágio na subscrição de ações	96.566	97.041	96.482
2.03.04	Reservas de Lucros	147.602	119.315	58.109
2.03.04.01	Reserva Legal	13.779	10.270	6.237
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	140.170	90.185	51.872
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	19.157	0
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-6.347	-297	0
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	0	-405	-300

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.148.437	1.016.156	1.008.810
3.01.01	Receita de Mesalidades	1.608.658	1.435.749	1.443.488
3.01.02	Outras	23.415	18.585	16.219
3.01.03	Gratuidades - Bolsas de Estudos	-413.936	-381.264	-381.921
3.01.04	Devoluções de Mensalidades e Taxas	-9.594	-5.117	-2.805
3.01.05	Descontos Concedidos	-10.215	-10.058	-23.059
3.01.06	Impostos	-49.891	-41.739	-43.112
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-765.535	-692.255	-696.402
3.03	Resultado Bruto	382.902	323.901	312.408
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-302.084	-264.397	-259.130
3.04.01	Despesas com Vendas	-113.829	-95.429	-73.853
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-196.895	-179.350	-192.815
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	12.094	11.409	7.964
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-3.454	-1.027	-426
3.04.05.02	Resultado de atividades não continuadas	-3.454	-1.027	-426
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	80.818	59.504	53.278
3.06	Resultado Financeiro	-5.592	14.322	15.026
3.06.01	Receitas Financeiras	23.876	30.535	29.987
3.06.02	Despesas Financeiras	-29.468	-16.213	-14.961
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	75.226	73.826	68.304
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-5.071	6.834	-4.938
3.08.01	Corrente	-1.469	1.785	-5.408
3.08.02	Diferido	-3.602	5.049	470
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	70.155	80.660	63.366
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	70.155	80.660	63.366
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	70.155	80.660	63.366
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,00085	0,00101	0,00081

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0,00081	0,00098	0,00078

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	70.155	80.660	63.366
4.02	Outros Resultados Abrangentes	0	-105	-697
4.02.01	Variação cambial sobre investimento no exterior	0	-105	-697
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	70.155	80.555	62.669
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	70.155	80.555	62.669

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-49.045	-1.762	71.659
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	186.657	167.123	158.094
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício/Período	75.226	80.660	63.366
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	42.218	32.739	40.229
6.01.01.03	Valor Residual Baixado do Imobilizado	9.173	1.631	2.560
6.01.01.05	Provisão para Devedores Duvidosos	54.357	41.573	43.789
6.01.01.06	Opções Outorgadas	3.385	5.894	3.916
6.01.01.07	Provisão Para Contingências	4.661	5.181	4.481
6.01.01.08	Jrs s/ Empréstimos a Soc. Controladas	-243	-555	-247
6.01.01.10	Perdão de dívida	3.298	0	0
6.01.01.11	Jrs s/ empréstimos e financiamentos	4.540	0	0
6.01.01.12	Atualização da provisão para desmobilização	959	0	0
6.01.01.13	Rendimento sobre aplicações	-8.030	0	0
6.01.01.14	Apropriação de convênios	-2.887	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-235.702	-168.885	-86.435
6.01.02.01	(Aumento) em Contas a Receber	-132.984	-80.013	-57.853
6.01.02.02	(Aumento) em Outros Ativos	-9.416	-47.626	-4.751
6.01.02.03	Aumento (Redução) em Fornecedores	-7.557	222	-6.772
6.01.02.04	Aumento (Redução) em Obrig. Tributárias	-14.354	2.898	-1.750
6.01.02.05	Aumento (redução) Imposto de Renda e Contribuição social diferidos	1.972	-12.969	0
6.01.02.06	Aumento em Salário e Encargos Sociais	-4.294	-1.123	2.923
6.01.02.07	Aumento Mensalidades rec Antecipadamente	-14.570	-11.367	1.111
6.01.02.08	Aumento (Redução) Prov. para Contingência	-8.858	-2.011	-9.762
6.01.02.09	Aumento (Redução) em Outros Passivos	-1.295	258	-3.657
6.01.02.10	Aumento (Redução) Adiantamento Convênios	0	-2.886	-2.887
6.01.02.11	Aumento (Redução) Ativo não circulante	150	0	-787
6.01.02.12	Aumento (Redução) Contas a Receber (P.R.)*	0	-14.268	-2.450
6.01.02.14	Provisão com obrigações desmobilização de Ativos	0	0	200
6.01.02.16	Aumento em adiantamento a funcionários/terceiros	-11.259	0	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
6.01.02.17	Aumento em compromissos a pagar	-8.507	0	0
6.01.02.18	Aumento em depósitos judiciais	-25.447	0	0
6.01.02.19	Aumento em parcelamento de tributos	1.075	0	0
6.01.02.20	(Aumento) Redução de despesas antecipadas	-358	0	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-162.242	-42.737	-33.920
6.02.01	Aplicação Financeira	-18.848	29.043	14.347
6.02.02	Aquisição de Controladas	-21.415	559	0
6.02.03	Imobilizado	-83.829	-45.598	-20.916
6.02.04	Intangível - Outros	-43.145	-26.411	-23.437
6.02.05	Custos com desmobilização	0	-330	-3.914
6.02.06	Investimentos em empresas controladas	7.500	0	0
6.02.07	Fundo de comércio	-9.395	0	0
6.02.08	Mútuo com controladas	6.890	0	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	188.417	37.923	-24.566
6.03.01	Aumento de Capital	3.949	65.206	0
6.03.02	Dividendos Distribuidos	-38.314	-30.527	-17.866
6.03.04	Aumento de empréstimos e financiamento	231.416	3.952	-6.003
6.03.05	Ações em Tesouraria	-6.050	-297	0
6.03.06	Gasto emissão de ações	-2.513	-306	0
6.03.08	Outros	-71	-105	-697
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-22.870	-6.576	13.173
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	44.727	51.303	38.130
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	21.857	44.727	51.303

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	360.137	106.851	119.315	0	-405	585.898	0	585.898
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	360.137	106.851	119.315	0	-405	585.898	0	585.898
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.436	3.385	-25.207	-16.661	0	-37.047	0	-37.047
5.04.01	Aumentos de Capital	3.949	0	0	0	0	3.949	0	3.949
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	-2.513	0	0	0	0	-2.513	0	-2.513
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	3.385	0	0	0	3.385	0	3.385
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	0	-4.459	0	0	-4.459	0	-4.459
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	0	-1.591	0	0	-1.591	0	-1.591
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-16.661	0	-16.661	0	-16.661
5.04.08	Dividendos Pagos	0	0	-19.157	0	0	-19.157	0	-19.157
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	70.155	405	70.560	0	70.560
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	70.155	0	70.155	0	70.155
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	405	405	0	405
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	405	405	0	405
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-476	53.494	-53.494	0	-476	0	-476
5.06.01	Constituição de Reservas	0	-476	53.494	-53.494	0	-476	0	-476
5.07	Saldos Finais	361.573	109.760	147.602	0	0	618.935	0	618.935

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	295.237	100.398	59.021	-914	-300	453.442	0	453.442
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	-912	914	0	2	0	2
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	295.237	100.398	58.109	0	-300	453.444	0	453.444
5.04	Transações de Capital com os Sócios	64.900	5.894	18.860	-38.314	0	51.899	0	51.899
5.04.01	Aumentos de Capital	65.206	0	0	0	0	64.900	0	64.900
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	-306	0	0	0	0	559	0	559
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	5.894	0	0	0	5.894	0	5.894
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	0	-297	0	0	-297	0	-297
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-19.157	0	-19.157	0	-19.157
5.04.08	Dividendos Propostos	0	0	19.157	-19.157	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	80.660	-105	80.555	0	80.555
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	80.660	0	80.660	0	80.660
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-105	-105	0	-105
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-105	-105	0	-105
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	559	42.346	-42.346	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	559	42.346	-42.346	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	360.137	106.851	119.315	0	-405	585.898	0	585.898

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	295.237	96.482	25.274	0	397	417.390	0	417.390
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	295.237	96.482	25.274	0	397	417.390	0	417.390
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	3.916	0	-30.533	0	-26.617	0	-26.617
5.04.01	Aumentos de Capital	0	0	0	0	0	3.916	0	3.916
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	3.916	0	0	0	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-30.533	0	-30.533	0	-30.533
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	63.366	-697	62.669	0	62.669
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	63.366	0	63.366	0	63.366
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-697	-697	0	-697
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-697	-697	0	-697
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	33.747	-33.747	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	33.747	-33.747	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	295.237	100.398	59.021	-914	-300	453.442	0	453.442

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
7.01	Receitas	1.143.971	1.016.322	1.008.134
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.189.924	1.046.531	1.045.567
7.01.02	Outras Receitas	8.404	11.364	6.355
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-54.357	-41.573	-43.788
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-232.581	-196.173	-178.340
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-224.468	-189.966	-172.092
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-1.155	-938	-299
7.02.04	Outros	-6.958	-5.269	-5.949
7.03	Valor Adicionado Bruto	911.390	820.149	829.794
7.04	Retenções	-42.218	-32.739	-40.229
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-42.218	-32.739	-40.229
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	869.172	787.410	789.565
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	35.970	43.954	36.571
7.06.02	Receitas Financeiras	23.876	30.535	29.987
7.06.03	Outros	12.094	13.419	6.584
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	905.142	831.364	826.136
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	905.142	831.364	826.136
7.08.01	Pessoal	529.961	493.815	506.949
7.08.01.01	Remuneração Direta	481.223	451.342	462.288
7.08.01.02	Benefícios	13.910	9.534	11.129
7.08.01.03	F.G.T.S.	34.828	32.939	33.532
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	171.280	136.325	138.313
7.08.02.01	Federais	115.448	89.642	90.510
7.08.02.02	Estaduais	1	5	10
7.08.02.03	Municipais	55.831	46.678	47.793
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	133.746	120.564	117.508
7.08.03.01	Juros	29.469	17.021	14.961
7.08.03.02	Aluguéis	104.277	103.543	102.547
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	70.155	80.660	63.366

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
7.08.04.02	Dividendos	33.324	38.313	30.533
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	36.831	42.347	32.833

Relatório da Administração

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Estácio Participações S.A. ("Estácio" ou "Companhia") apresenta o Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras Consolidadas referentes aos exercícios sociais findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, elaboradas de acordo com os princípios do *International Financial Reporting Standards* ("IFRS") e acompanhadas do parecer dos Auditores Independentes.

Perfil corporativo

Uma das maiores organizações privadas de ensino superior do Brasil em número de alunos matriculados, a Estácio Participações S.A. foi constituída em 31 de março de 2007 como sociedade anônima de capital aberto e está listada no Novo Mercado da Bovespa. Possui três instituições mantenedoras sob seu controle direto ou indireto, constituídas sob a forma de sociedades empresariais de responsabilidade limitada. A Estácio está presente nos principais centros urbanos de 17 estados brasileiros e sua rede é formada por uma universidade, dois centros universitários, 30 faculdades e 52 polos de ensino a distância credenciados pelo MEC, com capilaridade nacional representada por 68 unidades (campi). Em 31 de dezembro de 2011, 240 mil alunos estavam matriculados nos cursos de graduação e pós-graduação nas modalidades presencial e à distância mantidos pela instituição.

O crescimento e a liderança da Estácio no mercado são atribuídos à qualidade de seus cursos e do corpo docente, às inovações tecnológicas e acadêmicas proporcionadas a seus alunos, à localização estratégica de suas unidades e, à prática de preços competitivos, acessíveis ao seu público alvo. Com currículos nacionalmente integrados, oferecemos cerca de 80 cursos de graduação nas áreas de Ciências Exatas, Ciências Biológicas e Ciências Humanas, em graduação tradicional e tecnológica. Oferecemos também cursos de pós-graduação *lato-sensu* e *stricto-sensu*, cursos de mestrado, doutorado e de extensão. Com um modelo de gestão orientado para resultados e para a qualidade, desenvolvemos uma metodologia de ensino, moderna e diferenciada. Como resultado da capacidade empresarial e financeira, da inovação e da melhoria constante de seus cursos, a marca Estácio é hoje amplamente reconhecida e valorizada no mercado.

Cenário econômico e mercado de atuação

Apesar da deterioração do cenário econômico internacional em 2011, observada na Zona do Euro e nos Estados Unidos, a atividade econômica brasileira manteve-se em níveis satisfatórios, tendo se beneficiado pela persistência de condições favoráveis nos mercados de trabalho e de crédito. A manutenção das transferências no âmbito dos programas sociais do governo e a melhora nos indicadores de confiança do consumidor também contribuíam para manter a demanda interna aquecida e para o desempenho econômico do país.

O nível de atividade econômica projetada pelo Banco Central é 2,8% em comparação com o ano anterior. O índice de desemprego atingiu seu nível histórico mais baixo (6%) desde de 2002, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O IPCA, índice que mede a inflação oficial do país, em doze meses subiu nos três primeiros trimestres de 2011, mas recuou fechando o ano em 6,5%.

Relatório da Administração

O Brasil vive hoje uma carência de talentos no mercado de trabalho de um modo geral e o modelo de ensino da Estácio está totalmente voltado ao atendimento desta demanda atual. Somos formadores de mão de obra qualificada para o crescimento do país e esse é o nosso papel na área de ensino. Nossa missão é promover a formação e ascensão profissional dos nossos alunos através de uma educação de qualidade, contribuindo para o desenvolvimento sustentável das comunidades onde atuamos. Dessa forma, contribuimos para transformar a vida de nossos alunos, melhor preparando-os para o mercado de trabalho e assim, contribuindo para o desenvolvimento sustentável do país.

Mensagem da Administração

2011 foi um ano especial para a Estácio. Nossa base orgânica de alunos presenciais voltou a crescer, o que, aliado ao crescimento marcante do EAD e às nossas primeiras aquisições em uma nova fase de expansão, permitiu o aumento da nossa receita líquida em 13,0% sobre 2010 e, com isso, o crescimento do nosso EBITDA em 32,3%, com um ganho de margem de 1,7 p.p. Tal desempenho premia e confirma os fundamentos de nossa filosofia de buscar crescimento orgânico através da qualidade, diferenciação e disciplina financeira e, a partir de 2011, somar a isso aquisições que adicionem escala e maior presença geográfica a nossa plataforma atual de forma sinérgica e com retorno atraente sobre o capital investido. Com isso, nosso modelo baseado em qualidade de produto, centralização de processos, eficiência e escala resulta em crescimento de EBITDA e da margem EBITDA.

Aqueles que nos acompanham há mais tempo conhecem nossa visão de longo prazo e investimentos, baseados: (i) no redesenho organizacional com centralização de atividades na nossa CSC, (ii) na instituição de um sistema de gestão e remuneração orientado por resultados e (iii) no desenvolvimento e implantação do nosso novo modelo de ensino, um investimento de R\$40 milhões ao longo de 4 anos. A grande colheita dos frutos desse trabalho duro realizado em 2008, 2009 e 2010, veio em 2011, com a retomada do crescimento orgânico, crescentes índices de eficiência operacional e a consolidação da nova cultura organizacional, gerando crescimento com rentabilidade de forma sustentável no longo prazo.

Um outro marco da Estácio em 2011, que veio através do reconhecimento dos nossos alunos, merece destaque: em uma pesquisa contratada junto ao Ibope-Inteligência, o material didático incluso no custo da mensalidade apareceu como um grande fator relevante de diferenciação da Estácio na opinião dos nossos alunos, alunos de nossos concorrentes e alunos em potencial (*prospects*). Isso confirma a força de nosso modelo de negócio e modelo de ensino que tem no material didático o seu ponto mais tangível de diferenciação no momento da decisão dos alunos em se matricularem na Estácio. Some-se a isso a entrada dos tablets em 2011, com a configuração digital do modelo de ensino, e fica evidente que a Estácio posiciona-se um passo a frente em diferenciação da oferta de ensino, baseado em qualidade e inovação.

Nossa operação EAD, lançada em 2009, já conta com 39,4 mil alunos e reflete a estratégia bem sucedida e a qualidade do produto que oferecemos. Operamos 52 polos de ensino a distância, estruturados em nossos campi presenciais, espalhados por 17 estados brasileiros. Nosso modelo de ensino a distância reúne uma série de vantagens que o torna sem paralelo no mercado nacional. O conteúdo, entregue através de uma moderna plataforma online, e a exigência de que os alunos venham aos polos apenas para executar as suas provas, gera toda a conveniência que o aluno moderno necessita sem perda alguma de qualidade e aproveitamento acadêmico. A total convergência entre os currículos presencial e EAD nos permite uma série de sinergias, como, por exemplo, a geração de conteúdo e a utilização de professores e tutores comuns nas duas modalidades. A utilização dos nossos próprios campi como polos, com a excelente cobertura proporcionada pela rede Estácio, faz com que o aluno que frequenta o nosso polo de EAD encontre uma universidade completa, com

Relatório da Administração

biblioteca, laboratórios, estrutura e tutores, e permite que alunos EAD façam uso da estrutura presencial e vice-versa, o que reforça o conceito de conveniência e qualidade praticado pela Estácio.

Enfim, em 2011 pudemos finalmente fazer uso do tripé que sustenta qualquer empresa bem sucedida no médio e longo prazos: produtos, processos e pessoas. E, com esses elementos no lugar, os resultados vieram como consequência natural e, mais importante, de forma sustentável para o futuro.

Nos últimos três ciclos de vestibulares, crescemos de maneira substancial e superior ao mercado, sem recorrer a descontos ou promoções, batendo recordes históricos de modo sequencial ao mesmo tempo em que ajustávamos os preços pela inflação. Isso significa um crescimento disciplinado e sustentável. Nosso EAD, que saiu do zero no final de 2008, agora já se aproxima de 10% de *market share* em alunos ingressantes no Brasil (dados oficiais do Censo de 2010), crescendo para se tornar um dos maiores do país já gerando retornos extremamente atrativos sobre os aproximadamente R\$40 milhões investidos nessa plataforma.

Nesse contexto, nossa base de alunos voltou a crescer e nos permitiu encerrar o ano com 240 mil alunos (presencial e EAD, incluindo as aquisições). Nossa receita líquida foi de R\$1.148,4 milhões, 13,0% superior ao ano de 2010, em decorrência de um aumento de 3,7% na nossa base orgânica presencial, de um crescimento de 50,4% na nossa operação de EAD, e de aquisições que totalizaram aproximadamente 10 mil alunos de graduação, além da Academia do Concurso, que contribuiu com R\$6,6 milhões de receita líquida a partir do 2T11. Nosso EBITDA totalizou R\$140,5 milhões, com um crescimento de 32,3% sobre o ano anterior. Nossa margem EBITDA foi de 12,2%, 1,7 p.p. superior ao exercício de 2010, já no critério em que não segregamos "itens não recorrentes". Como dissemos no 3T11: na Estácio divulgamos um só EBITDA. Vale destacar que essa margem foi negativamente impactada pela Academia do Concurso, que teve um primeiro ano de ajustes severos; se excluirmos os resultados da Academia do Concurso, nossa expansão de margem seria de 2,0 p.p., em linha com as expectativas gerais.

2011 também foi um ano marcado pela retomada das aquisições e aceleração da expansão orgânica. Adquirimos quatro empresas, somando-as à nossa rede e obtendo um excelente retorno através da integração de processos e sistemas via Central de Serviços Compartilhados, bem como através da implantação do nosso modelo de ensino. Também construímos dois novos campi durante o ano, sendo um no Rio de Janeiro e outro em São Paulo, e investimos em três novos campi que devem entrar em operação em 2012. Outro importante vetor de crescimento foi nossa entrada em um mercado novo: o segmento de cursos preparatórios para concursos públicos através da aquisição da Academia do Concurso. A partir da posição relevante e marca líder no segmento de cursos presenciais no Rio de Janeiro, iremos expandir a Academia do Concurso nacionalmente através da plataforma on-line.

Durante o ano também demos importantes passos no ambiente financeiro, com a obtenção de dois empréstimos junto ao International Finance Corporation, a primeira emissão de debêntures da história da Estácio, o nosso primeiro rating, e o lançamento do nosso programa de ADRs nível I no exterior.

Nosso lucro líquido em 2011 foi de R\$70,2 milhões, 13,0% inferior ao resultado verificado no exercício de 2011. Essa variação negativa deve-se a: (i) um resultado financeiro inferior devido à diminuição do nosso caixa médio e à captação de empréstimos; (ii) o aumento da rubrica de depreciação e amortização, refletindo os investimentos realizados na companhia desde o início do processo de *turn around* em 2008; (iii) a não repetição de um efeito *one time* no IR e CS ocorrida em

Relatório da Administração

2010 no valor positivo de R\$13 milhões, e (iv) a venda da nossa operação no Paraguai, que acarretou uma perda patrimonial contábil de R\$2,2 milhões.

No final do ano nosso caixa era de R\$169,4 milhões, decorrente de um EBITDA de R\$140,5 milhões, impactado negativamente por: (i) consumo de capital de giro com aumento de recebíveis; (ii) execução de plano mais intenso de CAPEX para melhoria, expansão e aquisições de nossos negócios; (iii) baixo resultado financeiro em virtude do caixa médio; (iv) pagamento de juros de dívida, e (v) pagamento de dividendos. Ao longo do ano nosso fluxo de caixa operacional foi bastante afetado pelo aumento da inadimplência e pelo crescimento da participação do programa FIES na nossa base de alunos, visto que esse tem um prazo médio de recebimento superior à média usual de mensalidades correntes.

Conscientes da necessidade de melhorar nossa geração de caixa, já lançamos mão de diversas iniciativas em diferentes frentes de trabalho, visando envolver toda a nossa organização na busca da melhoria do fluxo de caixa operacional. Hoje entendemos profundamente os *drivers* de recebíveis e de contas a pagar, monitoramos esses *drivers* (notoriamente dos recebíveis) utilizando ferramentas de Business Intelligence, construímos nossas metas de 2012 assegurando que todos os nossos colaboradores envolvidos com a gestão do caixa recebam a sua parcela de responsabilidade, e inserimos a gestão das alavancas de caixa nas nossas rotinas gerenciais. Em paralelo, estamos estimulando o aumento do uso de cartões de crédito e de débito, assim como direcionando o FIES e o PraValer (instrumento de financiamento bancário) para os alunos com histórico de problemas de pagamento. Continuamos com as nossas políticas restritivas de crédito e de negociação de dívidas, e lançamos uma campanha chamada "Universitário Responsável" que visa engajar os nossos professores e colaboradores no controle da inadimplência, chamando para si essa responsabilidade e ajudando a educar nossos alunos na linha de um melhor planejamento financeiro. Por fim, temos toda uma equipe focada em encontrar oportunidades como, por exemplo, liberar depósitos e bloqueios judiciais "ociosos", bem como em vender ativos sem utilização pela empresa e procurar outras formas de melhorar nosso fluxo de caixa. Sabemos que todas essas ações terão efeito no médio prazo, e confiamos que a nossa disciplina na execução desses *drivers* fará com que 2012 traga uma geração de caixa bem mais favorável que 2011.

Do lado gerencial, no último trimestre de 2011, levamos adiante o projeto de implantação da metodologia EVA (Economic Value Added) elaborada pela empresa de consultoria Stern Stewart. A metodologia EVA leva em conta o capital empregado em nossas atividades (especialmente capital de giro, investimentos permanentes e ativos fixos), e procura medir a capacidade da Estácio de gerar retorno sobre esse capital, ao qual é atribuído um custo médio. Em 2011, apresentamos um EVA positivo de R\$ 22 milhões, ou seja, fomos capazes de produzir um retorno sobre o capital investido (ROIC) superior ao custo do capital (WACC) empregado em nossas atividades, assegurando criação de valor para nossos acionistas no sentido mais estrito da palavra. Ou seja, apesar do consumo de caixa causado pelo aumento dos recebíveis e demais fatores apontados no parágrafo anterior, a Estácio foi capaz de gerar resultados que compensaram a aplicação desse capital em sua operação, o que reflete diretamente a nossa habilidade de fazer mais com menos, e assim criar real valor a nossos acionistas.

Em 2012 pretendemos seguir neste processo de crescimento disciplinado e sustentável. Além da expansão orgânica, o ano também será marcado pela continuidade do processo de aquisições iniciado em 2011, além de EBITDA e Geração de Caixa Operacional, e nossas metas continuarão cobrando melhorias de qualidade, clima organizacional, avaliações

Relatório da Administração

institucionais, e satisfação dos nossos alunos, pois sabemos que sem isso não há resultado que seja sustentável. Acreditamos que assim veremos em 2012 mais uma vez a comprovação da nossa tese de que o retorno financeiro, sobretudo em um negócio de prestação de serviços em educação, vem através do investimento em qualidade, produtos, processos e pessoas e não através de *breakthroughs* de curto prazo.

Desempenho Econômico – Financeiro

O ano de 2011 ficará marcado na história da Estácio por seu crescimento sustentável e pela forte geração de valor para seus acionistas. Temos hoje equipe e cultura organizacional orientadas para a qualidade e para os resultados, que nos permitem alcançar níveis crescentes de satisfação por parte de nossos alunos. O reflexo disso se traduz em mais crescimento: de novas matrículas, colaboradores e da Estácio como instituição de ensino superior.

As sucessivas captações recordes de alunos durante o ano devem-se: (i) a um modelo de ensino cada vez mais enraizado e conhecido por professores e alunos; (ii) a uma força comercial capacitada e disciplinada; (iii) à gestão baseada na melhoria contínua e no maior conhecimento dos *drivers* de valor; (iv) a uma constante melhoria no nível de serviços e na percepção do público com relação à instituição; e (v) a decisões e esforços de marketing bem-sucedidos.

Destques do resultado

- **Novos alunos.** Ao final de 2011, a Estácio atingiu uma base de 240 mil alunos – um aumento de 14,3% em relação ao ano anterior, dos quais 200,6 mil alunos matriculados nos cursos presenciais e 39,4 mil nos cursos de ensino à distância, incluindo as aquisições da Atual, FAL e FATERN. Sem as aquisições, a base de alunos no conceito *same shops* atingiu 230,0 mil alunos ao final de 2011, 9,5% maior do que em 2010.
- **Receita operacional líquida.** Atingindo R\$ 1.148,4 milhões em 2011, a Receita operacional líquida da Estácio cresceu 13,0% em relação ao ano anterior. Este resultado deve-se principalmente ao aumento da base total de alunos de 14,3% e ao reajuste das mensalidades.
- **Custos dos serviços.** O custo caixa como percentual da receita líquida apresentou ganho de eficiência de 1,9 p.p. com ganhos relevantes nas rubricas de Pessoal (refletindo a entrada do Modelo de Ensino e o melhor planejamento Acadêmico) e Aluguéis (refletindo mais eficiência na ocupação predial com o crescimento da base de alunos).
- **Ticket médio.** Em 2011, o ticket médio presencial somou R\$ 436,2, com um crescimento de 3,7% em relação ao mesmo período do ano anterior. O ticket médio EAD totalizou R\$ 173,2, crescimento de 3,7% em relação a 2010.
- **Caixa.** Em 31 de dezembro de 2011, o caixa era de R\$169,4 milhões, decorrente de um EBITDA de R\$140,5 milhões, impactado negativamente por: (i) aumento de recebíveis; (ii) execução de plano mais intenso de CAPEX; (iii) baixo resultado financeiro em virtude do caixa médio; (iv) pagamento de juros de dívida, e (v) pagamento de dividendos. Ao longo do ano nosso fluxo de caixa operacional foi bastante afetado pelo aumento da inadimplência e pelo crescimento da participação do programa FIES na nossa base de alunos, visto que o prazo médio de recebimento do FIES é superior a média usual de mensalidades correntes.

Relatório da Administração

- **Lucro Bruto.** O lucro bruto da Estácio foi de R\$ 382,9 milhões e sua margem sobre a receita foi de 33,3%, representando um ganho de 1,4 pontos percentuais sobre o ano anterior.
- **Despesas gerais e administrativas.** Em 2011, as despesas apresentaram ganho de margem de 0,4 p.p. em razão principalmente de uma redução de 0,6 p.p. na linha de pessoal e encargos. Tal ganho reflete a alavancagem operacional, a partir do crescimento da receita e estrutura administrativa predominantemente fixa, e a utilização de ferramentas como o orçamento matricial e o gerenciamento da rotina.
- **Despesas Comerciais.** As despesas comerciais representaram 9,9% da receita líquida em 2011, causando uma redução na margem (-0,6 p.p.) em relação ao ano anterior, devido principalmente ao aumento de 0,6 p.p. na relação da PDD com a receita líquida, refletindo o cenário de inadimplência verificado ao longo do ano, de acordo com os nossos critérios rígidos e transparentes de provisionamento.
- **Mudança na publicação dos resultados.** No terceiro trimestre de 2011, com o objetivo de alinhar suas políticas aos mais altos níveis de transparência, a Estácio deixou de basear suas análises de resultados no "EBITDA Recorrente", passando a adotar apenas o EBITDA, ajustado pelo resultado financeiro operacional.
- **EBITDA.** No ano, a Estácio entregou R\$ 140,5 milhões de EBITDA – aumento de 32,3% em relação a 2010 – e uma margem de 12,2%. A expansão de margem em 1,7 pontos percentuais em relação ao ano anterior reflete o sucesso do modelo de gestão da Estácio, baseado na centralização e escalabilidade de seu modelo de negócio, na implantação de seu modelo de ensino e em medidas constantes de otimização de suas operações. Além dos ganhos nos custos de pessoal e nas despesas gerais e administrativas, as empresas adquiridas ao longo do ano, a exemplo da Atual, em Roraima, e Fatern, no Rio Grande do Norte, passaram a contribuir para a expansão da margem da Estácio.
- **Lucro líquido.** O lucro líquido da Estácio foi de R\$ 70,2 milhões, 13,0% inferior ao exercício de 2010, explicado pelo impacto de R\$ 13,0 milhões nas linhas de Imposto de Renda e Contribuição Social quando comparado a 2010 por conta de um efeito "one-time" no ano anterior, pela redução no Resultado Financeiro e pelo aumento de R\$ 11,9 milhões em depreciação e amortização. É importante ressaltar que a venda da nossa operação no Paraguai representou uma perda patrimonial contábil de R\$2,2 milhões, o que diminuiu o lucro líquido do período.
- **EVA (*Economic Value Added*).** Como parte do nosso esforço para melhor gerir o caixa / capital empregado da Estácio, efetuamos em 2011, com o suporte da Stern Stewart & Co., o cálculo do EVA (*Economic Value Added*) a fim de mensurar o retorno sobre o capital investido. A Estácio vem melhorando o retorno sobre o capital empregado de modo consistente nos últimos anos, atingindo EVA positivo no exercício de 2011 e confirmando de modo inequívoco uma tendência de ampliação da remuneração sobre o capital investido.
- **Dividendos.** Com base em nossa sólida situação financeira e o incremento de nosso lucro líquido, proporemos à próxima assembleia geral de acionistas o pagamento de R\$ 16,6 milhões em dividendos, equivalente a 25% do nosso Lucro Líquido.
- **Investimentos.** Os investimentos da Estácio em 2011 foram de R\$ 178,7 milhões e representaram 15,6% da receita líquida, enquanto no ano anterior os investimentos representaram 6,9% da receita líquida. Deste montante R\$ 61,0 milhões foram alocados em aquisições de novas unidades, enquanto que R\$ 117,7 milhões foram

Relatório da Administração

destinados à expansão de novas unidades, revitalização e melhoria das unidades existentes, projetos de TI, troca do parque de computadores e a consolidação do novo Modelo de Ensino.

- **Empréstimos junto ao IFC.** Em 21 de outubro a Estácio obteve um empréstimo no valor de U\$ 70 milhões junto ao *International Finance Corporation* para a expansão de novas unidades educacionais e para o financiamento de aquisições de empresas. O financiamento é feito diretamente com o IFC, tem prazo de dez anos, é denominado em reais, e pode ser sacado até 12 meses após a aprovação da linha. No ano, a empresa já havia recebido recursos de outro financiamento junto ao IFC no valor de R\$ 48,5 milhões.
- **Debêntures.** Em 18 de novembro a Estácio realizou a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, no valor de R\$ 200 milhões. Os recursos captados por meio da emissão são destinados para expansão de novas unidades educacionais e para o financiamento de aquisições de empresas do setor.
- **Desinvestimento internacional.** Em linha com seu foco nas oportunidades de crescimento com rentabilidade no mercado nacional e devido à falta de sinergia com suas operações no Brasil, a Estácio concluiu no dia 8 de setembro o desinvestimento em sua Unidade no Paraguai. Com a alienação de todas as ações que detinha no capital social da Sociedade de Enseñanza Superior S.A., com sede em Assunção, a empresa desfez-se de sua única operação no exterior.
- **Recebíveis, provisão de débitos e inadimplência.** O número de dias do contas a receber de alunos (mensalidades e acordos), considerando o FIES e o total do Contas a Receber bruto, sem descontar a PDD, ficou em 101 dias ao final de 2011. O aumento dos 75 dias apresentado em 2010 para os 101 dias em 2011 é diretamente ligado ao aumento dos recebíveis e à ampliação da base do FIES, e tem reflexo direto no Capital de Giro e na Geração de Caixa, explicando muito da nossa variação de caixa ao longo de 2011. É nesse contexto que estamos trabalhando para reverter essa tendência com toda a nossa organização e gestão, visando um ciclo mais favorável já em 2012. Por outro lado, prosseguimos firmes com as nossas políticas de crédito visando não permitir uma expansão da base de alunos à custa de negociações de crédito desfavoráveis para a empresa que coloquem em risco a futura solvência de tais recebíveis.

Prioridades estratégicas

Nossa estratégia é orientada pelos princípios de qualidade, crescimento e diferenciação de nosso serviço, com ganhos de eficiência e escala, perpetuação da cultura organizacional e do nosso modelo de gestão.

Para capturar as oportunidades de crescimento do setor de ensino brasileiro, queremos expandir nossas atividades por meio do aumento da base de alunos matriculados, da inovação na oferta de cursos sintonizados com as necessidades do mercado de trabalho e as tendências de desenvolvimento econômico específicas de cada região. Vamos expandir nossa atuação através do ensino a distância, da abertura de novas unidades em localidades com demanda ainda não atendida e de aquisições de empresas que complementem nossa estratégia de atuação e presença geográfica em todo o Brasil.

Ensino

Modelo Acadêmico

Relatório da Administração

Fruto das mais avançadas técnicas em educação e desenvolvido por uma equipe altamente capacitada, nosso Modelo de Ensino oferece um produto com características únicas, sintonizado com as reais necessidades dos alunos, as demandas atuais do mercado de trabalho e em linha com os pré-requisitos regulatórios. Contamos com um corpo docente em processo permanente de capacitação e treinamento, temos programas acadêmicos personalizados e aplicamos ferramentas e metodologias de ensino modernas e aptas a proporcionar qualidade de ensino de forma escalável, em nível nacional ao longo de todas as nossas unidades.

Inovação e tecnologia também são fundamentais em nossa proposta de ensino, que transformou o *tablet* – uma plataforma móvel, portátil e individualizada – na principal ferramenta de comunicação e troca de informações com os alunos. Pelo *tablet*, eles têm acesso em tempo real, *on-line*, ao portal Estácio e a seus conteúdos acadêmicos e administrativos, produzidos por nossos especialistas e em parceria com as mais conceituadas editoras do país. A integração dos currículos em nível nacional acrescenta mobilidade e flexibilidade total ao nosso modelo acadêmico. Todas as ações têm como premissas fundamentais a sustentabilidade e objetivam contribuir com o processo de democratização do ensino e de desenvolvimento social, potencializando as condições de aprendizagem aos nossos alunos e causando os menores impactos ambientais possíveis.

Qualidade de ensino

Construído coletivamente por uma equipe acadêmica central que trabalha em rede com os professores de todas as nossas instituições de ensino, nosso modelo de ensino valoriza a unidade na diversidade. Em 2011, produzimos 2.010 planos de ensino, 29.995 planos de aula e montamos um banco com quase 70 mil questões de prova. Todos esses conteúdos foram construídos por uma verdadeira rede de conhecimento formada por docentes na Estácio em todo o Brasil e liderada por nossos coordenadores nacionais, com base em novas metodologias e modernos recursos didático-pedagógicos que estimulam o processo de autoaprendizagem. A articulação de teoria e prática por meio do estudo de casos concretos é fundamental para que nossos alunos tenham um ensino voltado para as reais necessidades do mercado de trabalho.

Regulatório

Relevante para a consolidação de nosso Modelo de Ensino em termos regulatórios, em 94% das avaliações realizadas pelo MEC em 2011, nas visitas *in loco* referentes ao ENADE 2009 às nossas unidades, recebemos notas 3, 4 e 5 – em uma escala de 1 a 5. Mantivemos nossa boa avaliação nos mestrados e doutorados *stricto sensu*, recebendo a nota máxima no curso de Direito nas duas modalidades. No curso de Educação, a forte nota 4 indica uma provável nota máxima na próxima avaliação. Também fomos avaliados com 4 em nossos mestrado e doutorado de Odontologia e em Administração.

Operações

A Estácio conta com um time maduro do ponto de vista de gestão, formado por talentosos gestores das nossas 68 unidades espalhadas pelo país. São pessoas com experiência na gestão de instituições de ensino, que dominam o nosso modelo de gestão e que falam uma só língua, alinhados pela nossa cultura e sistema de gestão orientados para a qualidade e resultados concretos. Somando-se a isso, nossos processos – de captação, de matrícula, marco regulatório, suprimentos, contabilidade, RH e TI, entre outros – estão cada vez mais eficientes e integrados às nossas operações, trazendo ganhos de eficiência e saltos de qualidade em nosso dia a dia.

Relatório da Administração

Nós damos especial atenção à atração, formação e retenção de talentos para as unidades e implantamos um ambicioso programa de *trainees*, cujo processo seletivo envolve mais de dez mil candidatos todos os anos. Iniciaremos em 2012 nosso terceiro ciclo de *trainees* para suprir as necessidades oriundas de nosso crescimento orgânico e alimentar permanentemente a base da empresa de novos talentos, semeando a liderança da gestão da organização de forma sustentável no longo prazo.

Ensino presencial

Em 2011, ganhamos em eficiência por conta de um melhor planejamento acadêmico e dos efeitos positivos da contínua implantação do novo Modelo de Ensino que traz o compartilhamento de disciplinas e até 20% do conteúdo dos cursos presenciais são disciplinas *on-line*. Com isso, houve uma economia considerável de recursos, sem perda na qualidade. Hoje já temos cerca de 50 mil alunos cursando uma única disciplina em todo o Brasil e sendo geridos pelos professores e tutores do EAD.

Ensino a distância – EAD

Um grande desafio superado em 2011 foi o desenvolvimento e implantação do Modelo Operacional do EAD, com gestão, processos e rotinas de atendimento adequados ao crescimento exponencial que este segmento vive e viverá nos próximos anos. Para isso, a Estácio prepara a expansão da área de atuação de seu ensino a distância para todo o território nacional e solicitou credenciamento junto ao MEC para aumentar a quantidade de polos credenciados para operação do EAD.

Pós-graduação

Na área de Pós-Graduação o destaque de 2011 foi a captação recorde de alunos, atingindo uma base de 13 mil estudantes inscritos em nossos cursos. Esta forte captação foi fruto de uma série de melhorias internas, institucionais e de uma equipe cada vez mais focada e determinada também nesse segmento. Fizemos uma campanha dedicada, cujo mote foi a diversidade de cursos e formas de estudar. Para isso, exploramos o fato de termos várias áreas de conhecimento na pós-graduação – como direito, gestão, humanas, tecnologia, saúde e segurança – e as formas de ensino a distância e presencial, além do MBA, um curso mais focado em negócios.

Serviços compartilhados

Este também foi o ano de consolidação da Central de Serviços Compartilhados e de sua preparação para o crescimento. Após dois anos completos de atividade, a CSC amadureceu e foi transferida para a unidade Rebouças, no Rio, em uma instalação melhor e mais econômica. Para suprir as crescentes demandas da Companhia com a consistência necessária, novas atividades e serviços passarão para o CSC em 2012.

Ciclo de Gestão de Desempenho nas Operações (GDO)

Mensalmente, cinco regionais – Rio, São Paulo/Sul, Brasil Central, Norte e Nordeste – e as áreas corporativas avaliam os resultados obtidos em cada unidade e, em caso de qualquer desvio em relação às metas estabelecidas, implementam um plano de ação e de recuperação de acordo com uma metodologia predefinida e controlada, o ciclo de Gestão de Desempenho. Os objetivos são claros: foco em resultado, em gestão e padronização da rotina de controle dos indicadores de performance, identificação de baixa performance das unidades e aceleração do processo de mudanças e melhoria operacional das unidades, cobrindo indicadores de desempenho chave, quantitativos e qualitativos. A partir de reuniões

Relatório da Administração

semanais para analisar os resultados e avaliar os campi, reuniões mensais com os Diretores Regionais, reuniões no nível da Diretoria Executiva e até a apreciação do Conselho de Administração de forma mais consolidada, os planos de ação são aprovados, implementados e monitorados.

Governança Corporativa

Qualidade e excelência de gestão são compromissos da Estácio com os seus acionistas e com todos os públicos com os quais interagimos. Em Novembro de 2008 aderimos ao Novo Mercado, o mais alto nível de Governança Corporativa do Brasil, em busca de maior transparência e eficiência de nossa administração. Com isso, a Estácio passou a observar as normas e condições previstas no Regulamento do Novo Mercado, tais como, capital social formado exclusivamente por ações ordinárias, eleição de membros independentes para o Conselho de Administração e solução de conflito através de arbitragem perante a Câmara de Arbitragem do Mercado.

Com a pulverização do capital em 2011 (80% do *free float*), a Estácio passou a adotar a partir de 2011, práticas de governança, entre as quais destacam-se, (i) adoção do voto a distância, através do sistema Assembleias Online, com o intuito de facilitar e aumentar a participação dos acionistas nas Assembleias; (ii) disponibilização do Manual do Acionista para participação nas Assembleias Gerais e (iii) criação de área interna voltada para as práticas de governança corporativa e *compliance*.

Estrutura do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva

O Conselho de Administração da Estácio conta com dois comitês de assessoramento, não estatutários: (i) O Comitê de Remuneração, que o auxilia na definição das políticas de remuneração dos administradores da companhia, além de conduzir o programa de remuneração variável e (ii) o Comitê de Auditoria, que o auxilia na supervisão do desempenho da auditoria interna, de *compliance* com as leis, regulamentações, políticas e códigos de ética, do processo de divulgação das informações, do gerenciamento dos riscos corporativos e da gestão e do controle de contingências.

Sete executivos são eleitos pelo Conselho de Administração para compor a Diretoria Executiva da Estácio: um Diretor Presidente, um Diretor Financeiro, um Diretor de Ensino e mais quatro diretores. Já o Conselho Fiscal, composto por três membros efetivos, com mandato de 1 ano, tem as atribuições e poderes previstos na Lei 6.404/76.

Dividendos

A proposta para a distribuição de dividendos relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2011, consignada nas demonstrações financeiras da companhia, sujeita à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral, apresenta o pagamento de 25% do lucro líquido ajustado, no montante de R\$ 16,6 milhões.

Mercado de capitais

No ano de 2011, as ações da Estácio alcançaram um aumento de liquidez, com um volume financeiro médio diário de R\$ 5,4 milhões, 47% acima do ano anterior. O índice Ibovespa desvalorizou 18,1% no ano, e as ações da Estácio terminaram o ano cotadas a R\$17,99. A desvalorização de 33,4% no ano se compara com uma desvalorização média das empresas do setor de educação de 32,7%, no mesmo período.

Programa de Recompra de Ações

Relatório da Administração

No dia 15 de julho a Estácio anunciou o Segundo Programa de Recompra de ações. Até o encerramento do programa, em 13 de julho de 2012, poderão ser adquiridas até 3.323.796 ações, que representam 5% do total de 66.475.925 ações em circulação. Em 31 de dezembro de 2011 tínhamos 252,5 mil ações em tesouraria.

Programa ADR nível I

O lançamento do Programa de ADRs Nível I em 17 de julho teve por objetivo ampliar as possibilidades de investimento na Estácio – principalmente para investidores domiciliados no exterior – e aumentar a liquidez de suas ações. Cada ADR representa uma ação ordinária (ESTC3) e é negociado no mercado de balcão americano (OTC) sob o símbolo "ECPCY".

Relações com Investidores

A área de Relações com Investidores está focada em melhorar a avaliação da Estácio no mercado, aumentar a liquidez de suas ações e estreitar o relacionamento com seus investidores. Desde 2010 contamos com novos canais de comunicação para manter os acionistas permanentemente informados e para aumentar a transparência da companhia, com destaque para as atualizações de informações de RI nas principais mídias sociais. Também temos a preocupação de manter nosso site permanentemente atualizado, funcional e moderno.

Participamos de 12 conferências com bancos e 2 *roadshows* com investidores na Europa e nos EUA, além de incluirmos na agenda de Relações com Investidores, reuniões trimestrais recorrentes na cidade de São Paulo com os analistas de *sell side*. Com o objetivo de nos aproximarmos dos investidores Pessoa Física, participamos pela primeira vez, na feira Expo Money em São Paulo em setembro de 2011 e de eventos junto a corretoras, como: XP TV e apresentações *on-line*.

Sustentabilidade

Como passo fundamental para a perpetuação de um empreendimento saudável do ponto de vista econômico e que contribui para o desenvolvimento do país, estamos permanentemente em sintonia com as necessidades específicas das comunidades em que atuamos. Ao longo de 2011 aprimoramos nossa Política de Sustentabilidade e os Procedimentos Gerenciais para os temas sociais e ambientais de maior relevância, que serão implementados em breve em todas as nossas unidades.

No caminho do crescimento econômico alinhado à sustentabilidade, implantaremos em 2012 o nosso Sistema de Gestão Socioambiental. Este projeto reforça a missão de "promover a formação e ascensão profissional dos nossos alunos através de uma educação de qualidade, contribuindo para o desenvolvimento sustentável das comunidades onde atuamos". Agimos alinhados às normas da *International Finance Corporation – IFC*, um braço do Banco Mundial, investidora e consultora global que promove o desenvolvimento sustentável, e temos a oportunidade de alcançar nossos objetivos acompanhando as demandas de nosso entorno social e em compromisso com as futuras gerações.

Educação para um mundo sustentável

Por meio de nossos cursos, buscamos formar cidadãos conscientes e profissionais qualificados às competências exigidas pelo mercado de trabalho. O acesso à educação superior de qualidade a diferentes segmentos da população integra teoria e prática com ensino, pesquisa e extensão em prol do desenvolvimento humano. Também complementamos a formação acadêmica dos futuros profissionais com práticas que reforçam a responsabilidade socioambiental. Alunos, professores e colaboradores realizam ações que contribuem para o desenvolvimento sustentável das regiões onde a Estácio atua,

Relatório da Administração

preservando a memória, o patrimônio cultural, a produção artística e o meio ambiente. Os programas voltados para a promoção da cidadania, saúde, cultura e meio ambiente totalizaram mais de 700 mil atendimentos em 2011.

O Programa de Estágios e Empregos da Estácio realiza a inserção de seus alunos no mercado de trabalho. O Espaço Estágio Emprego – E3, criado em 2010, vem ampliando seu raio de ação e já conta com 20 unidades em 16 estados. Com crescimento de 125% em comparação ao exercício anterior, em 2011 mais de 184 mil oportunidades de estágio e emprego foram oriundas de parcerias com cerca de 40 mil empresas. O E3 é um ambiente exclusivo para orientação de carreira para alunos e egressos e visa a integração crescente entre o universo acadêmico e os grandes empregadores, estreitando o relacionamento da instituição com o mercado de trabalho, em prol de nossos alunos. No final de 2011 também inauguramos o novo Portal de Vagas (www.estacio.br/estagioseempregos), que trouxe funcionalidades inéditas, como o envio de e-mail com detalhamento das oportunidades e banco de currículos para consulta por empresas cadastradas.

Apoio ao Esporte

A Estácio, sempre preocupada com o desenvolvimento social, tem procurado cada vez mais por meio da área de Parcerias Estratégicas apoiar o esporte nacional.

Dessa forma, diversas parcerias estão sendo firmadas com clubes, associações, institutos e ONG's. Entre elas, clubes como o Flamengo, Escola Zico 10, Instituto Fernanda Keller, Instituto Kinder do Brasil, Comitê Olímpico Brasileiro, além de diversas palestras ministradas por atletas e ex-atletas e profissionais renomados do ramo esportivo aos nossos alunos matriculados nos diversos campi pelo Brasil.

O apoio da Estácio se dá mediante o desenvolvimento do atleta, visando a capacitar talentos esportivos na conjugação de esforços aliados à aplicação e transferência de conhecimento do nosso core business, o ensino.

Inúmeros atletas medalhistas nas mais variadas modalidades esportivas como: vôlei de praia, saltos ornamentais, ginástica olímpica, futevôlei, atletismo e tênis, são alunos formados pela Estácio, ou ainda estudantes dos nossos cursos presenciais e a distância. Sandra Pires – Vôlei de Praia, Cassius Duran - saltos ornamentais, Daniele e Diego Hypólito – ginástica olímpica, Fabiano de Paula e Marcelo Demoliner, Tênis, são alguns dos exemplos dos atletas Estácio.

Além disso, visando preparar profissionais para atuar na Copa do Mundo e nos Jogos Olímpicos, a Estácio, em parceria com a Effect Sport, lança o curso: Negócios no Esporte.

Assim, cada vez mais a Estácio aumenta o número de atletas em sua base de alunos, objetivando tornar-se referência nacional como instituição de ensino superior apoiadora de atletas.

Colaboradores

A Estácio encerrou o ano de 2011 com 13.548 colaboradores, dos quais 3.952 em áreas administrativas e de apoio ao ensino e 9.596 docentes. No ano, a Estácio pagou o equivalente a

Relatório da Administração

R\$ 635,1 milhões em salários e encargos sociais, bem como investiu fortemente na capacitação de seus professores e colaboradores administrativos.

Em 2011, os professores da Estácio participaram do PIQ – Programa de Incentivo à Qualidade Docente, que contempla uma série de políticas, diretrizes e serviços para a qualificação dos nossos professores. No período, também houve evolução no programa de oferta de bolsas de mestrado e doutorado, seja para cursos na Estácio como fora da companhia. O Terceiro Fórum Anual de Docentes foi outro marco para a Estácio no ano passado. Extremamente bem-sucedido, o fórum teve como título *Luz, câmera, professores em ação* e contou com mais de 600 participantes, reunidos para discutir a qualidade de ensino e a docência propriamente dita.

Na parte da gestão, a reunião anual de gestores líderes foi realizada em março de 2011. Intitulada Disciplina na Execução, contou com mais de 250 executivos vindos de todo o Brasil e trouxe resultados expressivos em relação ao andamento e amadurecimento de nossos projetos. No ano passado também iniciamos o projeto para o desenvolvimento de 100 executivos em programas gerenciais, em parceria com o Instituto Nacional de Desenvolvimento Gerencial – INDG e com a Fundação Dom Cabral. A remuneração variável dos executivos da Estácio, peça chave em nosso modelo de gestão, também entrou em seu quinto ano contemplando 340 colaboradores - chave com metas individuais.

No decorrer do ano também lançamos o Conecta, nossa rede social corporativa. Inicialmente aberta aos colaboradores do Rio de Janeiro, o objetivo da Conecta é englobar todos os colaboradores da Estácio em nível nacional num único ambiente. Esta rede de colaboração corporativa é o espaço ideal para o compartilhamento do conhecimento, comunicação e agilidade nas decisões.

PIQ Formação Continuada

Em 2011, 8.082 professores de todas as regiões do país participaram do PIQ Formação Continuada. Este processo de capacitação destina-se ao aprimoramento acadêmico e à atualização dos professores na prática docente. Possui três eixos fundamentais. O primeiro, com foco na cultura organizacional, objetiva a ambientação do docente recém-admitido e a apresentação das mudanças fundamentais propostas pela Estácio. O segundo eixo é centrado na prática pedagógica e na discussão de temas como planejamento de ensino, metodologia, estratégias, avaliação do processo ensino-aprendizagem e gestão de pessoas em ambientes de aprendizagem. Composto por módulos centrados na formação pedagógica específica, o terceiro eixo oferece módulos criados para atender às demandas geradas nos diversos projetos pedagógicos dos cursos que integram a Estácio, em conformidade e em parceria com os Centros de Ensino.

PIQ Mérito

Integrante do Programa de Incentivo à Qualidade Docente, o PIQ Mérito abrange o Concurso Nacional de Produção Científica e Projetos de Extensão e o Docente Destaque. O concurso valoriza a produção docente para o seu aprimoramento no exercício do magistério superior e nas pesquisas, estimulando a produção do conhecimento com relevância científica e social e a dedicação do professor à pesquisa. Já o Docente Destaque reconhece e estimula o desempenho docente como forma de fortalecer sua vinculação à Estácio, aprofundando seu compromisso com nossa missão, visão e valores. Em 2011, a Estácio ofereceu 105 bolsas de mestrado e doutorado e 18 subsídios a eventos científicos. Quarenta docentes receberam premiação pela produção de artigos científicos, projetos de extensão e ensaios.

Relatório da Administração

PIQ Remuneração

O PIQ Remuneração é a cultura da meritocracia aplicada ao corpo docente da Estácio, identificando e reconhecendo os professores que mais se destacam nas suas atividades. A Remuneração Variável docente contempla 20% do grupo de professores melhor avaliados pelo seu desempenho, a partir de uma metodologia comparativa individual, com critérios de fácil compreensão e de simples medição.

PIQ Fórum

Destina-se a possibilitar a congregação dos professores de todo o Brasil em um grande evento anual. Em 2011, 600 docentes participaram do PIC Fórum.

Incentivos a eventos científicos

Implantado em 2011, este subsídio permitiu que 18 professores representassem a Estácio em congressos no exterior. O programa é destinado a docentes ativos, que atuam nas nossas unidades para a apresentação de trabalhos desenvolvidos em eventos científicos.

Fornecedores

Os fornecedores de bens e serviços da Estácio são selecionados entre as empresas que adotam boas práticas de responsabilidade social e ambiental, como a garantia de que os produtos não são provenientes de falsificação, pirataria, roubo nem fruto de trabalho humilhante ou forçado. Como forma de valorizar o trabalho e contribuir para o desenvolvimento das regiões onde está presente, procuramos selecionar fornecedores locais, desde que tenham uma conduta ética e sustentável.

A escolha dos fornecedores da Estácio baseia-se em critérios profissionais, técnicos, comerciais e estratégicos, sempre de acordo com as necessidades da empresa.

Governo

O relacionamento da Estácio com o Governo Federal é pautado pela ética e transparência em todas as suas ações. A partir de nossa atuação destacada no sentido de permitir que amplas camadas da sociedade tenham acesso à educação superior de qualidade, adotamos uma atitude de colaboração com o Ministério da Educação em prol de um ensino melhor e mais inclusivo.

Para acompanhar de perto o andamento dos processos na área de ensino superior que tramitam em Brasília e ter um contato próximo e permanente com o Ministério da Educação, estruturamos um escritório e uma representação permanente na Capital Federal.

Audidores independentes

Nossa política com auditores independentes relativa à prestação de serviços não relacionados à auditoria externa está substanciada nos princípios que preservam a independência do auditor. Assim, ele fica impedido de auditar o seu próprio trabalho e não pode exercer funções gerenciais ou ainda advogar para o seu cliente de auditoria.

Os auditores independentes da Ernst Young Terco Auditores Independentes S.S. foram contratados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 para serviços adicionais ao exame das demonstrações financeiras. Os honorários para

Relatório da Administração

esse serviços foram fixados em R\$ 628.477 e representam aproximadamente 77,9% do montante referente à auditoria externa das demonstrações financeiras no exercício. As responsabilidades pelas definições inerentes aos procedimentos executados e sua aplicação são prerrogativa da administração. Desta forma, a administração e seus auditores externos entendem que tais serviços não afetam sua independência profissional.

Agradecimentos

Todas as nossas conquistas no decorrer de 2011 só foram possíveis graças ao apoio e à confiança recebidos de nossos acionistas, alunos, fornecedores, instituições financeiras e, de forma especial, à dedicação e ao empenho de nossos docentes e colaboradores. Esperamos poder contar com o apoio e a dedicação de todos em 2012, ano em que pretendemos obter conquistas ainda maiores.

Muito obrigado!

A Administração

Relatório da Administração

Declaração da Diretoria Executiva

Em cumprimento ao art. 25, V e VII inc. da Instrução CVM 480/2009, os membros da Diretoria Executiva da Estácio Participações S.A. declaram, por unanimidade e sem dissidências, que reviram, discutiram e concordam com o conteúdo das Demonstrações Financeiras da Companhia e com as opiniões expressas no parecer emitido, sem ressalvas, pela Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S., ambos relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2011.

Rio de Janeiro, 02 de março de 2012.

Eduardo Alcalay, João Luis Tenreiro Barroso, Miguel Filisbino Pereira de Paula, Paula Caleffi, Pedro Jorge Guterres Quintans Graça, Rogério Frota Melzi e Virgílio Deloy Capobianco Gibbon.

Notas Explicativas

1. Contexto operacional

A Estácio Participações S.A. (“Estácio” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, constituída por subscrição particular de ações em 31 de março de 2007, e atualmente listada no Novo Mercado, tendo como instituições sob o seu controle, direto e indireto, 5 mantenedoras, constituídas sob a forma de sociedades empresárias de responsabilidade limitada. O conglomerado reúne uma Universidade, dois Centros Universitários e 30 faculdades, distribuídas em 17 Estados do país. A Estácio tem como atividades preponderantes o desenvolvimento e/ou administração de atividades e/ou instituições nas áreas de educação de nível superior, educação profissional e/ou outras áreas associadas à educação, a administração de bens e negócios próprios, e a participação, como sócio ou acionista, em outras sociedades simples ou empresárias, no Brasil. A sede corporativa da Companhia está localizada na Avenida Embaixador Abelardo Bueno, 199, Rio de Janeiro - RJ.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Estácio foram aprovadas na Reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de fevereiro de 2012.

2. Políticas contábeis

As demonstrações financeiras individuais da controladora para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 foram preparadas e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e as demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

As demonstrações financeiras da controladora e consolidada foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissa periodicamente, em prazo não superior a um ano.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de pronunciamentos contábeis (CPC), pelo IASB e órgãos reguladores que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2011, com a única exceção que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, conforme requerido pelo ICPC 09, enquanto que de acordo com as normas internacionais de contabilidade seria custo ou valor justo.

A demonstração do resultado de 31 de dezembro de 2010 foi reclassificada para fins de melhor apresentação e comparabilidade. Algumas despesas comerciais classificadas em 2010 como despesas administrativas foram devidamente reclassificadas, no valor de R\$ 12.328 e alguns custos foram reclassificado para despesas administrativas no valor de R\$ 4.702.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis—Continuação

2.1. Reapresentação das demonstrações financeiras

A Companhia efetuou os seguintes ajustes nas demonstrações do fluxo de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011:

	Controladora			Consolidado		
	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Fluxo de caixa das atividades operacionais	(21.112)	12.663	(8.449)	(5.421)	(43.624)	(49.045)
Fluxo de caixa das atividades de investimento	(183.333)	(12.663)	(195.996)	(214.784)	52.542	(162.242)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	193.644	-	193.644	197.335	(8.918)	188.417
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(10.801)	-	(10.801)	(22.870)	-	(22.870)

Os ajustes efetuados nas demonstrações dos fluxos de caixa da Controladora são decorrentes de:

- Reclassificação dos rendimentos de aplicação financeira que não afetaram o caixa da Companhia das atividades de investimentos para as atividades operacionais, no montante de R\$2.257; e
- Reclassificação das movimentações de mútuos com controladas das atividades operacionais para as atividades de investimentos, no montante de R\$14.920.

Os ajustes efetuados nas demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa são decorrentes de:

- Reclassificação dos rendimentos de aplicação financeira que não afetaram o caixa da Companhia das atividades de investimentos para as atividades operacionais, no montante de R\$8.030;
- Reclassificação das movimentações de mútuos com controladas das atividades operacionais para as atividades de investimentos, no montante de R\$6.890;
- Eliminação da linha de compromissos a pagar por aquisição de subsidiária nos fluxos de caixa da atividade de investimentos e operacionais, por não gerar efeito de caixa, no montante de R\$3.874; e

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis—Continuação

2.1. Reapresentação das demonstrações financeiras--Continuação

- d) Reclassificação das atividades operacionais no montante líquido de R\$24.830 negativo para as atividades de investimentos (R\$33.748 positivo) e para as atividades de financiamentos (R\$8.918 negativo). Essas reclassificações substancialmente foram efetuadas para apresentar em separado os fluxos de caixa decorrentes da aquisição de controladas, conforme previsto no CPC 03, parágrafo 39. Anteriormente, referidos efeitos estavam pulverizados indevidamente nas diversas linhas dos fluxos de caixa.

A Companhia efetuou as seguintes reclassificações no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011:

- (i) R\$ 5.469 (consolidado) de impostos e contribuições a recuperar registrados em outros ativos e reclassificados do ativo circulante para o ativo não circulante;
- (ii) R\$ 3.310 (consolidado) de empréstimos e financiamentos reclassificados do passivo não circulante para o passivo circulante;
- (iii) R\$ 1.800 (controladora) e R\$ 2.887 (consolidado) de adiantamento de convênio (outros passivos) do passivo não circulante para passivo circulante.

Adicionalmente, em atendimento ao Ofício/CVM/SER/SEP/Nº 01/2013 emitido pela Comissão de Valores Mobiliários em 8 de janeiro de 2013, as demonstrações financeiras tiveram suas notas explicativas complementadas. As notas explicativas alteradas foram as notas 2, 8, 15 e 20.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da preparação e reapresentação destas demonstrações financeiras em 11 de janeiro de 2013.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis—Continuação

2.2. Bases de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes sociedades controladas, cuja participação na data do balanço é assim resumida:

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
	<u>Direta</u>	<u>Direta</u>
Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda. ("SESES")	100%	100%
Sociedade de Ensino Superior, Médio e Fundamental Ltda. ("IREP")	100%	100%
Sociedad de Enseñanza Superior ("SESSA")	-	100%
Nova Academia do Concurso-Cursos Preparatórios Ltda.	100%	-
Estácio Editora	100%	-
		<u>31/12/2011</u>
		<u>Indireta</u>
Sociedade Educacional Atual da Amazônia ("ATUAL")		100%
Faculdade de Natal Ltda. ("FAL")		100%
Sociedade Universitária de Excelência Educacional do Rio Grande do Norte ("FATERN")		100%

Em 08 de setembro de 2011, a Companhia alienou a totalidade das ações de que era titular no capital social da Sociedad de Enseñanza Superior S.A., sociedade com sede na cidade de Assunção, na República do Paraguai, conforme mencionado na Nota 6.

O período de abrangência das demonstrações financeiras das controladas incluídas na consolidação é coincidente com os da controladora e as práticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no período anterior.

Os principais procedimentos de consolidação são:

- ▶ Eliminação dos saldos de contas correntes e outras, integrantes do ativo e/ou passivo, mantidos entre as sociedades consolidadas;
- ▶ Eliminação dos efeitos decorrentes das transações significativas realizadas entre as sociedades consolidadas;
- ▶ Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das sociedades consolidadas; e
- ▶ Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as sociedades consolidadas.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis—Continuação

2.3. Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Se a combinação de negócios for realizada em estágios, o valor justo na data de aquisição da participação societária previamente detida no capital da adquirida é reavaliado a valor justo na data de aquisição, sendo os impactos reconhecidos na demonstração do resultado.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida a valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 38 (IAS 39) na demonstração do resultado ou em outros resultados abrangentes. Se a contraprestação contingente for classificada como patrimônio, não deverá ser reavaliada até que seja finalmente liquidada no patrimônio.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis—Continuação

2.3. Combinação de negócios--Continuação

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a essas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

a) Controladas indiretas

Em 24 de janeiro de 2011, a Companhia adquiriu por meio de sua subsidiária IREP, a totalidade das quotas do capital social Sociedade Educacional Atual da Amazônia Ltda., sociedade limitada, com sede na Cidade de Boa Vista, Estado de Roraima. A Sociedade é a mantenedora da Faculdade Atual da Amazônia - FAA ("FAA"). O valor da transação foi de R\$20.092, incluindo pagamento aos sócios e assunção de obrigações da empresa, sendo que em 31 de dezembro de 2011 a Companhia possui um saldo de R\$ 1.274 a pagar referente a esta aquisição.

Na data de aquisição a FAA possuía 4.500 alunos matriculados em seus cursos presenciais de graduação e pós-graduação, sendo a instituição líder em ensino superior privado do Estado de Roraima (informações não auditadas).

Em 31 de dezembro de 2011, foram contabilizados os ajustes decorrentes da alocação do preço de compra com base em laudo de avaliação emitido por empresa especializada. Nessa ocasião foram atribuídos ao intangível R\$ 4.327 relativos à base de alunos. O valor (goodwill) após a alocação mencionada monta a R\$ 15.502 e permanecerá registrado como ágio decorrente de expectativa de rentabilidade futura, para fins contábeis, não amortizável e sujeito ao teste anual de impairment.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis—Continuação

2.3. Combinação de negócios--Continuação

a) Controladas indiretas--Continuação

Em 22 de fevereiro de 2011 a Companhia adquiriu por meio de sua subsidiária IREP a totalidade das quotas do capital social da ANEC - Sociedade Natalense de Educação e Cultura Ltda., sociedade limitada, com sede na cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte. A Sociedade é a mantenedora da Faculdade de Natal ("FAL"). O valor da transação foi de R\$ 12.400 parte em pagamento aos sócios e parte em assunção de obrigações da empresa, sendo que em 31 de dezembro de 2011 a Companhia possui um saldo de R\$ 1.322 a pagar referente a esta aquisição.

Em dezembro de 2010, a FAL possuía 2.400 alunos matriculados em seus cursos presenciais de graduação e pós-graduação. Considerando que a Estácio já está presente na cidade, através da Faculdade Estácio de Natal - FEN, com 1.600 alunos, a transação representa um crescimento importante em Natal, uma das principais capitais da região Nordeste, com maior aproveitamento de sinergias e ganhos de escala (informações não auditadas).

Em 31 de dezembro de 2011, foram contabilizados os ajustes decorrentes da alocação do preço de compra com base em laudo de avaliação emitido por empresa especializada. Nessa ocasião foram atribuídos ao intangível R\$ 2.056 relativos à base de alunos. O valor (goodwill) após a alocação mencionada monta a R\$ 8.087 e permanecerá registrado como ágio decorrente de expectativa de rentabilidade futura, para fins contábeis, não amortizável e sujeito ao teste anual de impairment.

Em 12 de abril de 2011 a Companhia adquiriu por meio de sua subsidiária IREP a totalidade das quotas do capital social da FATERN - Sociedade Universitária de Excelência Educacional do Rio Grande do Norte Ltda., sociedade limitada, com sede na cidade de Natal Estado do Rio Grande do Norte. O valor da transação foi de R\$ 22.000 parte em pagamento aos sócios e parte em assunção de obrigações da empresa, sendo que em 31 de dezembro de 2011 a Companhia possui um saldo de R\$ 1.267 a pagar referente a esta aquisição.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis—Continuação

2.3. Combinação de negócios--Continuação

a) Controladas indiretas--Continuação

Em 31 de março de 2011, a FATERN possuía 3.350 alunos matriculados em seus cursos presenciais de graduação e pós-graduação. Considerando que a Estácio já está presente na cidade através da Faculdade Estácio de Natal e da Faculdade de Natal, a transação posiciona a Companhia como segunda maior instituição de ensino superior privada, com aproximadamente 8.000 alunos, numa das principais e mais prosperas capitais da região Nordeste (informações não auditadas).

Em 31 de dezembro de 2011, foram contabilizados os ajustes decorrentes da alocação do preço de compra com base em laudo de avaliação emitido por empresa especializada. Nessa ocasião foram atribuídos ao intangível R\$ 2.194 relativos à base de alunos. O valor (goodwill) após a alocação mencionada monta a R\$ 15.155 e permanecerá registrado como ágio decorrente de expectativa de rentabilidade futura, para fins contábeis, não amortizável e sujeito ao teste anual de impairment.

b) Controladas diretas

Em 7 de abril de 2011, a Companhia adquiriu a totalidade das quotas do capital social da sociedade Nova Academia do Concurso-Cursos Preparatórios Ltda. ("Academia do Concurso"), sociedade limitada, com sede na Cidade do Rio de Janeiro. A Sociedade é proprietária e gestora da operação de cursos presenciais preparatórios para concursos públicos (carreiras fiscais e nível médio) e, ainda, dos ativos e direitos relativos à gestão (incluindo transferência da manutenção) da Faculdade da Academia Brasileira de Educação e Cultura ("FABEC"). O valor da transação foi de R\$ 16.078, incluindo pagamento aos sócios e assunção de obrigações da empresa, não havendo saldo em aberto em 31 de dezembro de 2011.

Na data de aquisição a Academia do Concurso possuía mais de 29.000 alunos matriculados em seus cursos presenciais de graduação e pós-graduação, sendo a instituição líder em ensino superior privado do Estado do Rio de Janeiro (informações não auditadas).

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis—Continuação

2.3. Combinação de negócios--Continuação

b) Controladas diretas--Continuação

Em 31 de dezembro de 2011, foram contabilizados os ajustes decorrentes da alocação do preço de compra com base em laudo de avaliação emitido por empresa especializada. Nessa ocasião foram atribuídos ao intangível R\$ 818 relativos à base de alunos. O valor (goodwill) após a alocação mencionada monta a R\$ 13.762 e permanecerá registrado como ágio decorrente de expectativa de rentabilidade futura, para fins contábeis, não amortizável e sujeito ao teste anual de impairment.

2.4. Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se o seguinte:

- ▶ As receitas das atividades são reconhecidas quando da prestação dos serviços correlatos;
- ▶ O custo dos serviços prestados é reconhecido quando incorrido na prestação dos serviços respectivos;
- ▶ As despesas e receitas operacionais são reconhecidas quando incorridas.

2.5. Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

A moeda funcional da Companhia e de suas controladas domiciliadas no Brasil é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras da controladora e consolidada. As demonstrações financeiras de cada controlada incluída na consolidação da Companhia e aquelas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais da controladora são preparadas com base na moeda funcional de cada entidade.

Para a controlada localizada no exterior a Administração concluiu que por possuírem independência administrativa, financeira e operacional, os seus ativos e passivos são convertidos para Reais pela taxa de câmbio das datas de fechamento dos balanços e os resultados convertidos para Reais pelas taxas médias mensais dos períodos. As atualizações da conta de investimentos decorrente de variação cambial são reconhecidas em ajuste acumulado de conversão no patrimônio líquido da controladora. A controlada citada foi alienada no dia 08 de setembro de 2011 conforme mencionado na nota 6.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis—Continuação

2.6. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo da Companhia. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço, e marcados a mercado sendo o ganho ou a perda registrado no resultado do período. A abertura dessas aplicações por tipo de classificação está apresentada na Nota 3.

2.7. Títulos e valores mobiliários

As aplicações financeiras são mensuradas pelo seu valor justo. Os juros, variação monetária e cambial, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos. A abertura dessas aplicações por tipo de classificação está apresentada na Nota 3.

2.8. Contas a receber e mensalidades antecipadas

As contas a receber são decorrentes da prestação de serviços de atividades de ensino e não incluem montantes de serviços prestados após as datas dos balanços. Os serviços faturados, e ainda não prestados nas datas dos balanços, são contabilizados como mensalidades recebidas antecipadamente e são reconhecidos no respectivo resultado do período de acordo com o regime de competência.

As contas a receber - Sistema FIES, estão representadas pelos créditos educacionais, cujos financiamentos foram contratados pelos alunos junto a Caixa Econômica Federal - CEF e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação- FNDE, sendo os recursos financeiros repassados mensalmente pela CEF e Banco do Brasil em conta corrente bancária específica. O referido montante tem sido utilizado para pagamento das contribuições previdenciárias retidas (INSS sobre salários) dos funcionários da Companhia, bem como convertidos em caixa por meio de leilões dos títulos do Tesouro Nacional.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis—Continuação

2.9. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

É apresentada como redução das contas a receber e é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber decorrentes de mensalidades e de cheques a receber, considerando os riscos envolvidos.

2.10. Investimentos em controladas

Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados com base no método da equivalência patrimonial, conforme CPC 18 (IAS 28), para fins de demonstrações financeiras da controladora.

Com base no método da equivalência patrimonial, os investimentos nas controladas são contabilizados no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na controlada. O ágio relacionado com as controladas é incluído no valor contábil do investimento, não sendo amortizado. Em função do ágio fundamentado em rentabilidade futura (*goodwill*) integrar o valor contábil do investimento na controlada (não é reconhecido separadamente), ele não é testado separadamente em relação ao seu valor recuperável.

A participação societária em controladas é apresentada na demonstração do resultado da controladora como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas da controlada. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre os investimentos da Companhia em suas controladas. A companhia determina, em cada data de fechamento do balanço, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado da controladora.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis—Continuação

2.11. Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação de bens é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 7 que levam em consideração a vida útil econômica desses bens. A amortização das benfeitorias em imóveis alugados é calculada com base nos respectivos prazos dos contratos de locação. Os custos subsequentes ao do reconhecimento inicial são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.

Os itens do ativo imobilizado são baixados quando vendidos ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor residual do ativo) são reconhecidos na demonstração do período em que o ativo for baixado.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

2.12. Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas e valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

Os ativos intangíveis estão representados substancialmente por: softwares, licenças de uso, projetos, fundo de comércio (carteira de alunos) e por ágios gerados em função da expectativa de lucratividade e receitas incrementais esperadas no futuro, vinculados a combinações de negócios da Companhia e de suas controladas.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis—Continuação

2.12. Intangível--Continuação

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de custo ou despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil, de indefinida para definida, é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

2.13. Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis—Continuação

2.13. Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

--Continuação

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor:

a) Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

b) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável, quando aplicável (Nota 8).

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis—Continuação

2.14. Arrendamento mercantil

▶ Arrendamento financeiro

Os contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente à Companhia os riscos e benefícios inerentes a propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo conforme a Nota 9. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método de custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

▶ Arrendamento operacional

São reconhecidos no resultado do exercício pelos pagamentos efetuados em base linear durante o prazo do contrato, obedecendo ao regime de competência dos exercícios.

2.15. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis—Continuação

2.16. Tributação

As controladas que aderiram ao PROUNI gozam de isenção, pelo período de vigência do termo de adesão, com relação aos seguintes tributos federais:

- ▶ IRPJ e CSLL, instituída pela Lei nº 7.689 de 15 de dezembro de 1988;
- ▶ COFINS, instituída pela Lei Complementar nº 70 de 30 de dezembro de 1991; e
- ▶ PIS, instituída pela Lei Complementar nº 7 de 7 de setembro de 1970.

As isenções acima mencionadas recaem sobre o valor da receita auferida em decorrência da realização de atividades de ensino superior, provenientes de cursos de graduação e cursos seqüenciais de formação específica. Ainda em decorrência da alteração da forma jurídica para sociedade empresária, os seguintes eventos passaram a ocorrer a partir de outubro de 2005 para determinadas controladas e fevereiro de 2007 para a Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda. (“SESES”):

- (i) Término da imunidade tributária no âmbito do Imposto sobre Serviços (“ISS”); e
- (ii) Perda da isenção de 100% da cota patronal do Instituto Nacional de Seguridade Social (“INSS”), arcando com o ônus da mesma em bases escalonadas como previsto na legislação do PROUNI (20% no 1º ano, 40% no 2º ano até 100% no 5º ano) - SESES.

A Estácio Participações S.A. não goza das isenções advindas do PROUNI e apura normalmente os tributos federais.

Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social correntes foram apurados considerando os critérios estabelecidos pela Instrução Normativa da Receita Federal, especificamente ao PROUNI, que permite que esses tributos não sejam recolhidos sobre o lucro de exploração das atividades de graduação tradicional e tecnológica e sejam transformados em reserva de lucro.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis—Continuação

2.16. Tributação--Continuação

PIS e COFINS

As regras do PROUNI definem que estão isentas de recolhimento do PIS e da COFINS as receitas oriundas das atividades de graduação tradicional e tecnológica. Para as receitas das demais atividades de ensino, incide o PIS e a COFINS as alíquotas de 0,65% e 3,00%, respectivamente e, para as atividades não relacionadas a ensino, incide o PIS à alíquota de 1,65% e a COFINS a 7,6%.

Imposto de renda e contribuição social - diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- ▶ Quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- ▶ Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizadas, exceto:

- ▶ Quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis—Continuação

2.16. Tributação--Continuação

Imposto de renda e contribuição social - diferidos--Continuação

- ▶ Sobre as diferenças temporárias dedutíveis, associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis—Continuação

2.17. Pagamento baseado em ações

A Companhia concedeu a seus principais executivos e administradores remuneração na forma de pagamento com base em ações. A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações a seus funcionários com base no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados na Nota 20(b). As despesas dessas transações são reconhecidas no resultado durante o período em que os serviços são prestados em contrapartida da reserva de capital.

2.18. Outros benefícios a empregados

Os benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem, em adição a remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social (INSS), férias, 13º salário), remunerações variáveis como participação nos lucros e bônus e remuneração com base em ações. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação com base em regime de competência, à medida que são incorridos.

2.19. Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por Lote de mil ações - utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme Pronunciamento Técnico CPC 41 (IAS 33).

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis—Continuação

2.20. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

Em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 a Companhia não possuía ativos e passivos monetários sobre os quais o ajuste a valor presente seria relevante.

2.21. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis—Continuação

2.21. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

--Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Transações com pagamentos baseados em ações

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados na Nota 20(b).

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis—Continuação

2.21. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

--Continuação

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis conseqüências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis—Continuação

2.21. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

--Continuação

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

2.22. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 (IAS 7) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC (IASB).

2.23. Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e suas controladas e sua distribuição durante determinado exercício e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis—Continuação

2.23. Demonstração do valor adicionado (“DVA”)--Continuação

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 09. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.24. Instrumentos financeiros

a) Reconhecimento inicial e mensuração

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados pelas caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar, debêntures, empréstimos e financiamentos e derivativos. Os instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber de clientes.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis—Continuação

2.24. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Mensuração subsequente

A mensuração dos ativos e passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. A Companhia avaliou seus ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, pois pretende negociá-los em um curto espaço de tempo. Quando a Companhia não estiver em condições de negociar esses ativos financeiros em decorrência de mercados inativos, e a intenção da administração em vendê-los no futuro próximo pode sofrer mudanças significativas, a Companhia pode optar em reclassificar esses ativos financeiros em determinadas circunstâncias. A reclassificação para empréstimos e contas a receber, disponíveis para venda ou mantidos até o vencimento, depende da natureza do ativo. Essa avaliação não afeta quaisquer ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado utilizando a opção de valor justo no momento da apresentação.

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado: Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento a valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de hedge definidos pelo CPC 38 (IAS 39). Derivativos, incluído os derivativos embutidos que não são relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge efetivos.

Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis—Continuação

2.24. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Mensuração subsequente--Continuação

A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio de resultado.

Empréstimos e financiamentos: Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

2.25. Informações por segmento

Em função da concentração de suas atividades na atividade de ensino superior a Companhia está organizada em uma única unidade de negócio. Os cursos oferecidos pela Companhia, embora sejam destinados a um público diverso, não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

3. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Caixa e bancos	154	896	18.509	15.277
Aplicações financeiras	1.376	11.435	3.348	29.450
	1.530	12.331	21.857	44.727
Fundo BTG Pactual				
Certificados de depósitos bancários - CDB	109.424	16.979	108.526	58.503
Debêntures de Instituições Financeiras	37.671	18.048	39.039	62.184
	147.095	35.027	147.565	120.687
Total	148.625	47.358	169.422	165.414

Notas Explicativas

3. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

--Continuação

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que a Companhia considera equivalente de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor, sendo que estão representadas por aplicações financeiras em fundo exclusivo, Certificados de Depósito Bancário e operações compromissadas (operações com compromisso de recompra). As aplicações são classificadas como equivalente de caixa, conforme a descrição do CPC 3 (IAS 7).

Os Certificados de Depósito Bancário do Fundo BTG Pactual são remunerados a uma taxa de 101,5% a 101,8% do CDI em 31 de dezembro de 2011 (de 101,0% a 105,5% do CDI em 31 de dezembro de 2010).

As Operações Compromissadas do Fundo BTG Pactual lastreadas por Debêntures de primeira linha estão registradas ao seu valor justo, remuneradas a taxa de 102,5% do CDI controladora e consolidado em 31 de dezembro de 2011 (de 100,5% a 101,2% do CDI em 31 de dezembro de 2010).

A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha e são substancialmente remuneradas com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

4. Contas a receber

	Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010
FIES	36.452	15.302
Mensalidades de alunos	241.384	157.436
Cartões a receber	12.165	6.930
Acordo a receber	26.430	26.938
Taxas a receber	4.379	4.407
	320.810	211.013
Créditos a identificar	(7.448)	(9.207)
Provisão para devedores duvidosos	(69.292)	(45.384)
	244.070	156.422

Notas Explicativas

4. Contas a receber--Continuação

A composição do contas a receber foi reordenada para melhor apresentação dos saldos provenientes de acordos e negociações. O valor a receber de cartão de crédito está apresentado fora dos acordos a receber pois parte substancial do saldo é decorrente de captação e renovação de adimplentes.

A composição por idade dos valores a receber é apresentada a seguir:

	Consolidado			
	31/12/2011	%	31/12/2010	%
FIES	36.452	11%	15.302	7%
A vencer	60.558	19%	32.501	15%
Vencidas até 30 dias	39.986	12%	32.255	15%
Vencidas de 31 a 60 dias	30.649	10%	22.045	10%
Vencidas de 61 a 90 dias	31.485	10%	22.047	11%
Vencidas de 91 a 179 dias	52.388	16%	41.479	20%
Vencidas a mais de 180 dias	69.292	22%	45.384	22%
	320.810	100%	211.013	100%

A composição por idade dos acordos a receber é apresentada a seguir:

	Consolidado			
	31/12/2011	%	31/12/2010	%
A vencer	9.098	34%	10.892	40%
Vencidas até 30 dias	4.006	15%	6.623	25%
Vencidas de 31 a 60 dias	2.360	9%	1.277	5%
Vencidas de 61 a 90 dias	2.414	9%	1.606	6%
Vencidas de 91 a 179 dias	4.396	17%	3.182	12%
Vencidas a mais de 180 dias	4.156	16%	3.358	12%
	26.430	100%	26.938	100%

Em virtude dos ajustes implementados a partir do exercício de 2010 na condução da inadimplência, os recebíveis provenientes de acordos/negociações são substancialmente liquidados em até 60 dias. A administração da Companhia mantém critérios rígidos que não permitem rolagem de dívida de um semestre para outro. A Companhia oferece toda forma de meios de pagamento ao aluno, porém considera seus respectivos limites de crédito.

Notas Explicativas**4. Contas a receber--Continuação**

A movimentação na provisão para devedores duvidosos consolidado segue demonstrada abaixo:

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>Aumento bruto da provisão para inadimplência</u>	<u>Recuperação da Inadimplência</u>	<u>Efeito líquido da provisão</u>	<u>Efeito das entidades adquiridas</u>	<u>Baixa</u>	<u>31/12/2011</u>
Mensalidades e taxa	45.384	104.749	(39.683)	65.066	-	(53.635)	56.815
Adquiridas	-	1.328	(186)	1.142	11.335	-	12.477
	<u>45.384</u>	<u>106.077</u>	<u>(39.869)</u>	<u>66.208</u>	<u>11.335</u>	<u>(53.635)</u>	<u>69.292</u>

A fim de facilitar a compreensão e permitir a reconciliação direta entre o balanço patrimonial e a demonstração do resultado do período, a Companhia entende que tal movimentação deve considerar como complemento o montante consolidado que resta sem recebimento após 180 dias da data do respectivo faturamento e como recuperação, o montante consolidado recebido/renegociado dos boletos que até o mês anterior não haviam sido liquidados.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011 a despesa com provisão para crédito de liquidação duvidosa, reconhecida na demonstração do resultado na rubrica 'despesas comerciais', estava representada da seguinte forma:

	<u>31/12/2011</u>
Complemento da provisão	66.208
Risco de crédito - FIES	225
Baixa de cobrança e depósito não identificados	(8.226)
Venda da carteira de 2009	(3.850)
	<u>54.357</u>

Notas Explicativas

5. Transações com partes relacionadas

As operações com partes relacionadas foram realizadas em condições contratadas pelas partes e estão descritas a seguir:

Natureza da transação	Controladora		Consolidado		Indexação
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	
Ativo Circulante					
Mútuo					
Sociedades controladas					
SESES	19.783	-	-	-	110% CDI
IREP	2.722	-	-	-	110% CDI
NOVA ACADEMIA DO CONCURSO	182	-	-	-	110% CDI
FAL	924	-	-	-	110% CDI
FATERN	51	-	-	-	110% CDI
IREP	78	-	-	-	110% CDI
ATUAL	-	-	-	6.798	110% CDI
	23.740	-	-	6.798	
Pessoas ligadas (ii)	-	62	259	253	100% CDI
	23.740	62	259	7.051	
Despesas antecipadas (i)	1.398	2.596	1.415	2.596	
	1.398	2.596	1.415	2.596	
ATIVO NÃO CIRCULANTE					
Mútuo					
Sociedades Ligadas					
ESCUELA (iii)	-	3.153	-	3.153	CDI + 7,7% a.a.
	-	3.153	-	3.153	
Despesas antecipadas (i)	-	1.398	-	1.398	
	-	1.398	-	1.398	
AFAC					
IREP	-	832	-	-	
NOVA ACADEMIA	1.204	-	-	-	
ESTÁCIO EDITORA	250	-	-	-	
SESES	43.642	126.035	-	-	
	45.096	126.867	-	-	
PASSIVO CIRCULANTE					
Sociedades controladas					
SESES	2.688	2.326	-	-	
IREP	8.833	4	-	-	
	11.521	2.330	-	-	

Notas Explicativas

5. Transações com partes relacionadas--Continuação

- (i) Em 4 de junho de 2008, a Companhia firmou um Contrato de Consultoria (“Contrato”) com a Marone Consultoria e Participações Ltda. (“Marone”), sociedade controlada pelos Srs. André Cleófas Uchôa Cavalcanti e Marcel Cleófas Uchôa Cavalcanti, detentores de, aproximadamente, 0,8% das ações ordinárias de emissão da Companhia e acionistas integrantes do Acordo de Acionistas, celebrado em 4 de junho de 2008, tendo por objeto a prestação de serviços relacionados às atividades acadêmicas e de ensino superior e ao planejamento estratégico e desenvolvimento de novos negócios, além de estabelecer a obrigação de não competição por parte da Marone. O referido Contrato vigorará pelo prazo de 48 (quarenta e oito) meses, a partir da data de sua assinatura.

Em contrapartida pelo comprometimento de não atuarem no setor de educação em entidades concorrentes nem, de qualquer forma, competirem com a Companhia e suas controladas, bem como pelos serviços prestados, foi estabelecida a remuneração total de R\$ 14.000, composta da seguinte forma: R\$ 2.800, no ato da assinatura do Contrato, a título de antecipação que será diluída ao longo de sua vigência, para a qual não há previsão de atualização monetária ou incidência de encargos financeiros, e 48 parcelas mensais, iguais e consecutivas no valor de R\$ 233, cujo vencimento da primeira ocorreu no dia 6 de junho de 2008. Ficou acordado, ainda, que o valor das referidas parcelas será corrigido, na menor periodicidade admitida por lei, pelo IGP-M/FGV ou, na sua falta, por outro índice equivalente que venha a substituí-lo, desde a data da assinatura do Contrato até a data do efetivo pagamento de cada parcela.

A obrigação de não competição assumida pela Marone, pelos seus sócios e por quaisquer sociedades das quais estes venham a ser controladores é válida em todo território nacional. No entanto, ficam excluídas dessa obrigação as seguintes sociedades mantenedoras: SESSE, SESAL, SESAP e UNEC, incorporadas pela IREP em 30 de junho de 2010, conforme protocolo de incorporação assinado nessa data, as quais o controle societário já havia sido transferido para a Companhia.

O Contrato poderá ser rescindido, por iniciativa de qualquer uma das Partes, mediante o envio de notificação a outra Parte, com antecedência de 60 (sessenta) dias, devendo ser observado, nessa hipótese todas as implicações previstas no Contrato, entre as quais a obrigação de pagamento de indenização à Marone, em parcela única devidamente atualizada pela variação do IGP-M/FGV, no valor correspondente à soma das parcelas devidas até o final do contrato, em caso de rescisão por iniciativa da Companhia. Caso o Contrato seja rescindido, de forma antecipada, por parte da Marone, não cabe a esta qualquer pagamento indenizatório à Companhia.

Notas Explicativas

5. Transações com partes relacionadas--Continuação

O Conselho de Administração, em reunião realizada em 23 de julho de 2008, aprovou a celebração desse Contrato de Consultoria. Em 15 de janeiro de 2010 foi firmado o Termo Aditivo ao Contrato de Consultoria, contemplando o pagamento a título de antecipação, do valor de R\$ 4.909, que representa um deságio de 30% sobre o valor total do contrato, que permanece em pleno vigor no que concerne a cláusula de não competição e está contabilizada em despesas antecipadas.

- (ii) Em abril de 2009, março e em junho de 2010 foram celebrados contratos de mútuo com administradores, no valor total de R\$ 300, com vencimentos em março de 2012. Em 31 de dezembro de 2011 estes valores corrigidos totalizam R\$ 259.
- (iii) Em 28 de maio de 2009 foi celebrado um Instrumento Particular de Mútuo entre a Estácio Participações S.A. e a Escuela de Informática S.R.L., empresa com sede na Cidade de Montevideú, Uruguai, pertencente até 31 de março de 2011 ao acionista controlador João Uchoa Cavalcanti Netto, no valor de US\$ 1.200 mil, equivalente a R\$ 2.340, cujo valor atualizado pelo índice de remuneração do contrato até 31 de dezembro de 2010 era de R\$ 3.153, para que a mesma utilizasse tais recursos para adequação do seu capital de giro e investimentos.

Na mesma data foi assinado o Instrumento Particular de Opção de Compra de Quotas e Outras Avenças, através do qual a Estácio Participações S.A. possui o direito de exercer a opção de compra de adquirir 80% das quotas de emissão da Escuela de Informática S.R.L., em até 60 dias contados da divulgação das suas demonstrações financeiras relativas ao exercício social no ano de 2011.

O preço de exercício da opção de compra é o valor resultante da aplicação da fórmula "Preço de exercício da opção" baseada em indicadores de Ebitda, dívida bancária e contingências.

Em 28 de janeiro de 2010, o Conselho de Administração aprovou a formalização de Termo Aditivo ao Contrato em questão, para autorizar a diretoria executiva da Companhia a alterar o prazo de pagamento das parcelas dos juros remuneratórios, que passa a ser a da data de amortização do principal do mútuo.

Notas Explicativas

5. Transações com partes relacionadas--Continuação

Em 31 de março de 2011 a Estácio assinou contrato de compra e venda de quotas e outras avenças, onde a Estácio adquire de João Uchoa Cavalcanti Netto a totalidade das quotas de que é titular na sociedade uruguaia Escuela de Informatica S.R.L, representadas por 40 quotas ou 80% do capital. No mesmo ato, João Uchoa Cavalcanti Netto pagou para Estácio R\$ 3.153 a título de compensação por eventuais passivos e contingências assumidos em decorrência dessa transferência de propriedade. Este valor foi contabilizado como redutor dos saldos de despesas operacionais na Estácio em 31 de dezembro de 2011.

Ainda nessa data foi assinado o Instrumento de Transação entre a Estácio e a Escuela de Informatica S.R.L., onde a primeira concede para a segunda perdão da dívida referente ao contrato de mutuo, condicionado a assinatura do contrato de cessão e transferência de quotas da Estácio para o sócio minoritário que detém 10 quotas ou 20% de participação no capital da sociedade. Nesse ato a Estácio também recebeu quitação pelas obrigações decorrentes do contrato de gestão. O valor do perdão de dívida foi contabilizado na rubrica de despesas financeiras. Neste ato foi assinado Instrumento de Transação onde Estácio vendeu ao sócio minoritário a totalidade das quotas que havia adquirido de João Uchoa Cavalcanti Netto, bem como assumiu o compromisso de pagar para aquele sócio minoritário a quantia de US\$ 150 mil, a título de compensação por eventuais problemas decorrentes do contrato de gestão.

6. Investimentos em controladas

Movimentação dos investimentos

	31/12/2010	Aquisições	Ajuste de avaliação patrimonial	Opções outorgadas	Baixa de Investimento	Dividendos	Equivalência patrimonial	Goodwill	AFAC	31/12/2011
Investimento										
SESES	239.372	-	-	3.385	-	(18.288)	41.432	-	83.243	349.144
IREP	287.406	-	-	-	-	(36.866)	49.865	-	-	300.405
SESSA	3.645	-	409	-	(4.163)	-	109	-	-	-
Nova Academia	-	498	-	-	-	-	(1.945)	13.762	1.204	13.519
Estácio Editora	-	-	-	-	-	-	(265)	5	250	(10)
Total	530.423	498	409	3.385	(4.163)	(55.154)	89.196	13.767	84.697	663.058

Notas Explicativas

6. Investimentos em controladas--Continuação

	SESES	IREP	SESSA	NOVA ACADEMIA	ESTÁCIO EDITORA
Participação no capital	100%	100%	100%	100%	100%
Quantidade de quotas detidas	127.247	209.500	10.607	1057	1
Capital social integralizado	177.747	209.500	3.035	1057	1
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)					
31 de dezembro de 2011	305.502	237.963	3.699	(1.448)	(265)
31 de dezembro de 2010	113.337	224.131	3.645	-	-
01 de janeiro de 2010	97.111	48.322	3.187	-	-
Saldo reserva - PROUNI					
31 de dezembro de 2011	27.663	15.463	-	-	-
31 de dezembro de 2010	12.080	15.463	-	-	-
01 de janeiro de 2010	8.825	2.316	-	-	-
Lucro (prejuízo) líquido do exercício					
31 de dezembro de 2011	30.358	51.873	-	-	-
31 de dezembro de 2010	10.332	72.010	563	-	-
01 de janeiro de 2010	(12.144)	9.476	408	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital					
31 de dezembro de 2011	43.642	-	-	1.204	250
31 de dezembro de 2010	126.035	833	-	-	-
01 de janeiro de 2010	34.718	7.390	-	-	-
Ágio na Aquisição de Investimento					
31 de dezembro de 2011	-	62.442	-	13.763	5
31 de dezembro de 2010	-	62.442	-	-	-
Investimento total:					
31 de dezembro de 2011	349.144	300.405	-	13.519	(10)
31 de dezembro de 2010	239.372	287.406	3.645	-	-
01 de janeiro de 2010	131.829	55.712	3.187	-	-
Investimento total					
31 de dezembro de 2011	663.058	-	-	-	-
31 de dezembro de 2010	530.423	-	-	-	-

Em 08 de setembro de 2011, a Companhia alienou a totalidade das ações de que era titular no capital social da Sociedad de Enseñanza Superior S.A., sociedade com sede na cidade de Assunção, na República do Paraguai. O valor da transação foi de US\$ 1.200.000,00, que convertido a taxa de câmbio do dia da venda, é de R\$ 1.988 com a primeira parcela de US\$ 200.000,00 paga em outubro de 2011, e as demais em quatro parcelas anuais de US\$ 250.000,00. Com esta transação a Companhia obteve uma perda de R\$ 2.171, contabilizada como resultado de operações descontinuadas.

O resultado de equivalência patrimonial registrado pela controladora é composto pela parcela do incentivo fiscal relativo ao PROUNI registrado no resultado das controladas, conforme estabelecido pela Lei nº 11.638/07, no valor de R\$ 25.968 (R\$ 27.543 no exercício findo em 31 de dezembro de 2010).

As informações contábeis das controladas utilizadas para aplicação do método de equivalência patrimonial foram relativas à data-base 31 de dezembro de 2011.

Notas Explicativas

7. Imobilizado

	Consolidado											Total	
	Terrenos	Edificações	Beneficiárias em imóveis de terceiros	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de atividades físicas/hospitalares	Biblioteca	Instalações	Outros	Construções em andamento		Desmobilização
Saldos em 31 de dezembro de 2010	21.483	53.455	24.571	18,8 18	18.230	15.857	7.550	35,2 55	4.370	2.705	4.484	4.180	210.958
Decorrente de combinação de negócio	-	-	463	2,19 6	784	1.331	91	1,71 3	1.421	234	465	-	8.698
Aquisições	-	76	5.760	4,70 9	27.495	7.382	3.091	5,81 3	1.717	6.837	20.383	-	83.263
Baixas	(1.653)	(6.637)	(28)	(264)	(166)	(124)	(47)	(215)	(8)	(31)	-	-	(9.173)
Transferências	-	(123)	3.585	-	(2)	-	212	-	-	-	(3.672)	-	-
Depreciação/amortização	-	(1.257)	(4.942)	(2.502)	(13.021)	(2.506)	(691)	(2.204)	(628)	(743)	-	(1.451)	(29.945)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	19.830	45.514	29.409	22,9 57	33.320	21.940	10.206	40,3 62	6.872	9.002	21.660	2.729	263.801
Saldos em 31 de dezembro de 2011 Decorrente de combinação de negócio	-	-	463	2,19 6	784	1.331	91	1,71 3	1.421	234	465	-	8.698
Custo total	19.830	82.710	86.436	45,2 72	89.557	39.018	20.632	69,0 35	9.468	12.057	21.195	-	495.210
Depreciação acumulada	-	(37.196)	(57.490)	(24,51 1)	(57.021)	(18.409)	(10.517)	(30,38 6)	(4.017)	(3.289)	-	2.729	(240.107)
Valor residual	19.830	45.514	29.409	22,9 57	33.320	21.940	10.206	40,3 62	6.872	9.002	21.660	2.729	263.801
Saldos em 31 de dezembro de 2010	21.483	90.120	77.293	39,9 72	63.949	31.322	17.186	63,0 03	7.613	5.572	4.484	-	421.997
Depreciação acumulada	-	(36.665)	(52.722)	(21,15 4)	(45.719)	(15.465)	(9.636)	(27,74 8)	(3.243)	(2.867)	-	4.180	(211.039)
Valor residual	21.483	53.455	24.571	18,8 8,33	18.230	15.857	7.550	35,2 55	4.370	2.705	4.484	4.180	210.958
Taxas anuais de depreciação		1,67%	11,11%	%	25%	8,33%	6,67%	5%	6,33%	16,67%			

O imóvel do Campus Rebouças situado à Rua do Bispo, 83, de propriedade da SESES, foi dado em penhora, devido a um litígio na justiça, em que o Município do Rio de Janeiro está cobrando da SESES o pagamento do IPTU do referido imóvel. Consoante informações de seus consultores jurídicos, já foi obtido ganho de causa e a SESES vem diligenciando junto à Prefeitura a baixa do referido gravame.

Adicionalmente, conforme mencionado na Nota 9, determinados bens adquiridos através de financiamento foram dados em garantia aos respectivos contratos. A Companhia não concedeu outras garantias de bens de sua propriedade em nenhuma transação efetuada.

Notas Explicativas

7. Imobilizado--Continuação

Teste de redução ao valor recuperável de ativos – *impairment*

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 (IAS 36), “Redução ao Valor Recuperável de Ativos”, os itens do ativo imobilizado, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação (valor de mercado), são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetuou análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos e não identificou mudanças de circunstâncias ou sinais de obsolescência tecnológica. Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, não existia necessidade de registrar qualquer provisão para perda em seus ativos imobilizados.

A Companhia avalia anualmente para *impairment*, sendo a última avaliação efetuada por conta do encerramento do exercício de 31 de dezembro de 2011, estes ágios apurados em aquisições de investimentos e incorporações, decorrentes da expectativa de rentabilidade futura, com base em projeções de resultados futuros para um período de 5 anos, utilizando taxa nominal de 4,5% ao ano como taxa de crescimento na perpetuidade (equivalente à taxa de inflação de longo prazo, não considerando qualquer crescimento real) e uma única taxa de desconto nominal de 13,9% para descontar os fluxos de caixa futuros estimados. O teste de recuperação dos ativos efetuado não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas.

Quando o valor contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil deste ativo (*impairment*). A redução no valor recuperável é registrada no resultado do exercício.

As principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são como segue:

Receitas - As receitas foram projetadas entre 2012 e 2016 considerando o crescimento da base de alunos das unidades geradoras de caixa.

Custos e despesas operacionais - Os custos e despesas foram projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como, com o crescimento histórico das receitas.

Investimentos de capital - Os investimentos em bens de capital foram estimados considerando a aquisição de novas unidades e melhorias.

As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico da Companhia e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas com base em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

Notas Explicativas

8. Intangível (consolidado)

	Ágio em aquisições de investimentos	Direito de uso de software	EAD e integração	CSC	Central de ensino	Central de relacionamento	Fundo de Comércio	Outros	Total
Saldos em 1 de janeiro de 2010	90.759	6.044	9.539	1.701	7.651	1.871	-	90	117.655
Adição	-	10.319	2.860	-	10.471	477	-	2.348	26.475
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Variação cambial	(65)	-	-	-	-	-	-	-	(65)
Amortização	-	(3.326)	(2.206)	(388)	(1.434)	-	-	(26)	(7.380)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	90.694	13.037	10.193	1.313	16.688	2.348	-	2.412	136.685
Adição	61.895	19.041	-	-	17.118	-	-	6.995	105.049
Baixas	(1.604)	-	-	-	-	-	-	-	(1.604)
Transferências	(9.395)	139	-	-	-	-	9.395	(139)	-
Amortização	-	(5.250)	(2.205)	(368)	(3.685)	(470)	-	(275)	(12.273)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	141.590	26.967	7.988	925	30.121	1.878	9.395	8.993	227.857

	Ágio em aquisições de investimentos	Direito de uso de software	EAD e integração	CSC	Central de ensino	Central de relacionamento	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011								
Custo total	141.590	57.768	14.255	1.940	35.240	2.348	18.653	278.718
Amortização acumulada	-	(30.801)	(6.267)	(1.015)	(5.119)	(470)	(265)	(50.861)
Valor residual	141.590	26.967	7.988	925	30.121	1.878	18.388	227.857
Saldos em 31 de dezembro de 2010								
Custo total	90.694	38.622	14.254	1.940	18.123	2.348	2.441	175.346
Amortização acumulada	-	(25.585)	(4.061)	(627)	(1.435)	-	(29)	(38.661)
Valor residual	90.694	13.037	10.193	1.313	16.688	2.348	2.412	136.685
Taxas anuais de amortização - %	Indefinida	20%aa	20%aa	20%aa	25%aa	20%aa	20%aa	

Notas Explicativas**8. Intangível (consolidado)--Continuação**

Em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, o ágio apurado nas aquisições em investimentos estava representado da seguinte forma:

	Consolidado					31/12/2010
	31/12/2011				Líquido	
	Custo	Amortização acumulada	Variação cambial	Destinação do ágio		
Ágio em aquisições de investimentos					Líquido	
IREP	96.014	(6.924)	-	-	89.090	89.090
ATUAL	19.830	-	-	(4.327)	15.503	-
FAL	10.132	-	-	(2.056)	8.076	-
FATERN	17.348	-	-	(2.194)	15.154	-
SESSA	-	-	-	-	-	1.604
Nova Academia	14.580	-	-	(818)	13.762	-
Estácio Editora	5	-	-	-	5	-
	157.909	(6.924)	-	(9.395)	141.590	90.694

A Companhia avalia anualmente para *impairment*, sendo a última avaliação efetuada por conta do encerramento do exercício de 31 de dezembro de 2011, estes ágios apurados em aquisições de investimentos e incorporações, decorrentes da expectativa de rentabilidade futura, com base em projeções de resultados futuros para um período de 5 anos, utilizando taxa nominal de 4,5% ao ano como taxa de crescimento na perpetuidade (equivalente à taxa de inflação de longo prazo, não considerando qualquer crescimento real) e uma única taxa de desconto nominal de 13,9% para descontar os fluxos de caixa futuros estimados. O teste de recuperação dos ativos efetuado não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas.

Quando o valor contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil deste ativo (*impairment*). A redução no valor recuperável é registrada no resultado do exercício.

As principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são como segue:

Receitas - As receitas foram projetadas entre 2012 e 2016 considerando o crescimento da base de alunos das unidades gerados de caixa.

Custos e despesas operacionais - Os custos e despesas foram projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como, com o crescimento histórico das receitas.

Notas Explicativas

8. Intangível (consolidado)--Continuação

Investimentos de capital - Os investimentos em bens de capital foram estimados considerando a aquisição de novas unidades e melhorias.

As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico da Companhia e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas com base em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

9. Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Encargos financeiros	Controladora		Consolidado	
		31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Em moeda nacional					
Capital de giro	1,70% ao mês e/ou CDI + 0,25% ao mês	-	-	252	108
Contratos de arrendamento mercantil	IGPM + 12,3% a.a	-	-	39	682
Contratos de arrendamento mercantil	11,8% a 22,1% a.a	-	-	-	124
Contratos de arrendamento mercantil Colortel	INPC + 0,32% a.a.	-	-	2.471	-
Contratos de arrendamento mercantil Assist	-	-	-	1.843	-
Contrato FINAME	80% do contrato 4,5% a.a.	-	8.608	-	8.608
Empréstimo IFC	CDI +1,53%	46.728	-	46.728	-
Emissão de Debêntures	CDI +1,60%	201.472	-	201.472	-
Opção de Recompra de Ações					
Banco Itaú		1.591	-	1.591	-
		249.791	8.608	254.396	9.522
Passivo circulante		4.901	1.089	6.549	1.760
Passivo não circulante		244.890	7.519	247.847	7.762
		249.791	8.608	254.396	9.522

O custo de transação do IFC em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 2.611 e das Debêntures de R\$ 1.510.

Notas Explicativas

9. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Os montantes registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
2012	-	2.149	-	2.390
2013	1.468	2.148	2.947	2.149
2014	26.006	2.148	27.484	2.149
2015	46.006	1.074	46.006	1.074
2016	66.006	-	66.006	-
2017	86.006	-	86.006	-
2018	6.466	-	6.466	-
2019	6.466	-	6.466	-
2020	6.466	-	6.466	-
Passivo não circulante	244.890	7.519	247.847	7.762

Em garantia dos arrendamentos mercantis foram oferecidas notas promissórias avalizadas pelos sócios e os próprios bens arrendados.

Em garantia do IFC foi oferecida parte dos recebíveis de algumas unidades da IREP em conta vinculada, não havendo penhora de bens, fianças ou aplicações financeiras caucionadas, ficando estabelecido um fluxo mensal mínimo na conta vinculada de R\$ 10.000.

As debêntures bem como os contratos mantidos com o IFC contêm cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros com parâmetros pré-estabelecidos. Nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011, a controladora e suas controladas atingiram todos os índices requeridos contratualmente.

10. Salários e encargos sociais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Salários e encargos sociais a pagar	181	220	47.082	42.571
Provisão de férias	-	-	10.408	15.434
	181	220	57.490	58.005

Notas Explicativas**11. Obrigações tributárias**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
ISS a recolher	16	31	4.724	3.538
IRRF a recolher	60	68	5.344	5.603
IRPJ a recolher	-	-	3.215	6.606
CSLL a recolher	7	7	1.220	2.425
PIS e COFINS a recolher	179	148	1.060	701
IOF	-	-	64	-
	262	254	15.627	18.873

12. Parcelamento de tributos

	Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010
IRPJ	70	-
CSLL	125	-
FGTS	13	-
ISS	-	48
PIS	80	14
COFINS	270	18
INSS	4.038	1.611
IPTU	54	106
	4.650	1.797
Passivo circulante	219	284
Passivo não circulante	4.431	1.513

Referem-se basicamente a parcelamentos de tributos junto às Prefeituras e Previdência Social.

Os montantes de pagamentos mensais são de aproximadamente R\$ 33, restando ainda 32 de 143 parcelas, com término previsto para agosto de 2014 e novembro de 2024, respectivamente.

Consolidado	
2012	361
2013	361
2014	361
2015	361
2016	361
2017 a 2024	2.626
	4.431

Notas Explicativas

13. Adiantamento de convênio

Em 24 de março de 2004, foi efetuado contrato de parceria entre a SESES e afiliadas (incluindo as Mantenedoras) e o Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A. com prazo de vigência até 24 de março de 2009, onde o objeto principal deste contrato era o de conceder exclusividade/preferência ao Unibanco na oferta e no fornecimento de produtos e serviços aos alunos, funcionários e fornecedores, bem como de ser o principal provedor de serviços financeiros. Em contrapartida, o Unibanco adiantou o equivalente a R\$ 4.000 a SESES e as Mantenedoras para serem compensados mensalmente no decorrer do contrato por meio de uma metodologia estipulada pelas partes.

Em 3 de agosto de 2006, foi efetuado contrato de parceria entre a SESES e afiliadas (incluindo as Mantenedoras) e o Unibanco com prazo de vigência até 31 de julho de 2011, onde o objeto principal deste contrato era o de conceder exclusividade/preferência ao Unibanco na oferta e no fornecimento de produtos e serviços aos alunos, funcionários e fornecedores, bem como de ser o principal provedor de serviços financeiros.

Em contrapartida à exclusividade concedida ao Unibanco, e pela manutenção dessa condição durante toda a vigência do contrato, ou seja, até 31 de julho de 2011, o Unibanco pagou a SESES e as Mantenedoras uma receita fixa de R\$ 15.954, que está sendo apropriada ao resultado por tal prazo contratual. Em 18 de fevereiro de 2008, sem que tenha havido mudanças significativas nas principais cláusulas contratuais, as partes firmaram novo acordo prorrogando a parceria até 18 de fevereiro de 2018. Em contrapartida à exclusividade concedida ao Unibanco, e pela manutenção dessa condição durante toda a vigência do contrato, o Unibanco pagou à Companhia uma quantia adicional de R\$ 18.000. Em 31 de dezembro de 2011, o saldo da receita antecipada pelo convênio de reciprocidade bancária montava R\$ 17.800 (R\$ 20.687 - 31/12/2010) classificado como passivo não circulante, o qual será amortizado pelo prazo contratual.

Notas Explicativas

14. Provisões para contingências

As controladas são partes envolvidas em processos de naturezas cível, trabalhista e tributária que estão sendo discutidos nas esferas apropriadas. A Administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos externos, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas potenciais com essas ações em curso.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a provisão para contingências era composta da seguinte forma:

	Consolidado	
	Provisão para contingências	Depósitos judiciais
Saldos em 31 de dezembro de 2011		
Cíveis	4.206	11.929
Trabalhistas	27.870	45.273
Tributárias	343	6.362
Saldo total	32.419	63.564
Saldos em 31 de dezembro de 2010		
Cíveis	6.403	4.765
Trabalhistas	24.330	27.062
Tributárias	5.711	6.254
Saldo total	36.444	38.081

A movimentação da provisão para contingências está demonstrada a seguir:

	Consolidado			
	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010	5.711	24.330	6.403	36.444
Adições	16	11.463	2.662	14.141
Reversões	(5.369)	(3.232)	(3.455)	(12.056)
Baixas	(15)	(4.691)	(1.404)	(6.110)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	343	27.870	4.206	32.419

Notas Explicativas

14. Provisões para contingências--Continuação

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011 a despesa com provisão para contingências, reconhecida na demonstração do resultado na rubrica 'despesas gerais e administrativas', estava representada da seguinte forma:

	<u>31/12/2011</u>
Adições/reversões	2.385
Reversão da escola	(2.909)
Reversão processo PIS	5.358
Reversão adquiridas	(173)
Total de despesas com provisão para contingências (Nota 24)	<u>4.661</u>

A Administração esclarece que a reversão de provisão para contingências tributárias, ocorrida em 2011, no valor de R\$ 5.369, foi decorrente do processo mencionado no item 14.c.(vii) dessas Notas Explicativas, movido pela SESES em face da União Federal, através do qual busca-se a declaração de inexigibilidade do PIS durante o período que a referida Instituição de Ensino era considerada como entidade beneficente e de assistência social. Em razão das decisões de 1ª e 2ª instâncias já proferidas favoravelmente ao pleito da SESES, os nossos assessores jurídicos externos entendem que o risco de perda desse processo é remoto, o que dispensa a necessidade de constituição e/ou manutenção de qualquer provisão para esta contingência. Atualmente, esse processo encontra-se pendente de julgamento no STJ e também no STF.

a) Cíveis

A maior parte das ações envolve, principalmente, pedidos de indenização por danos materiais e morais, decorrentes de cobranças indevidas, demora na expedição de diplomas, não devolução de taxas de matrículas de cursos de férias, entre outros problemas de caráter operacional e/ou acadêmico.

Os consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza cível e, para suportar as prováveis perdas com essas causas, a administração mantém provisão no montante de R\$ 4.206 em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 6.403 em 31 de dezembro de 2010).

Notas Explicativas

14. Provisões para contingências--Continuação

a) Cíveis--Continuação

Dentre as principais ações classificadas com risco de perda provável, podemos destacar a ação indenizatória distribuída em face da SESES, decorrente de acidente com "bala perdida" sofrida por uma aluna no interior do Campus Rebouças. A sentença de 1ª instância julgou parcialmente procedente o pedido para, em síntese, condenar a Companhia a pagar à aluna (a) o valor de R\$ 600 a título de danos morais e estéticos; (b) pensão mensal equivalente a um salário mínimo até que ela completasse 65 anos; e (c) o valor relativo ao tratamento médico necessário para a sua recuperação, a ser apurado em posterior fase de liquidação de sentença. Aos pais da aluna, foi concedida indenização por danos morais no valor de R\$ 100 para cada, e, aos irmãos, R\$ 50 para cada, também sob esse título. As partes interpuseram apelação contra a referida sentença. O recurso da Companhia foi parcialmente provido para reduzir a indenização por danos morais e estéticos devidos à aluna para R\$ 400. Quanto ao recurso da aluna, ele foi também parcialmente provido para transformar a pensão concedida à aluna em vitalícia e para determinar a constituição de capital garantidor da referida pensão. Além disso, o Tribunal condenou a Companhia a arcar com os custos do tratamento psicológico dos pais e irmãos da vítima. Os autores, não satisfeitos com o julgamento do recurso da aluna, interpuseram embargos infringentes. Tais embargos foram providos para se elevarem os valores de indenização, devidos à vítima, por danos morais e estéticos para R\$ 600, restabelecendo-se a sentença de primeira instância nesse aspecto especificamente. As partes interpuseram recursos especiais contra os acórdãos acima referidos, os quais não modificaram o julgado. Adicionalmente, a SESES interpôs recurso extraordinário, o qual se encontra pendente de julgamento. O saldo em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 1.647 (R\$ 1.596 em 31 de dezembro de 2010).

Nossos consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza cível, classificadas com risco de perda possível, cujo valor em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 43.185 (R\$ 35.594 em 31 de dezembro de 2010).

Notas Explicativas

14. Provisões para contingências--Continuação

a) Cíveis--Continuação

Dentre as principais ações cíveis não provisionadas, podemos destacar:

- (i) Ação de Cobrança de Aluguel e Outras Obrigações em face da IREP e de seu respectivo fiador, decorrente de Contrato de Sublocação do Imóvel da Rua Coronel Luiz Barroso, nº 566, atual Rua Dr. Antônio Bento, nº 509, firmado em 1º de janeiro de 1998, e encerrado em 15 de setembro de 2008, quando da entrega das chaves, ação essa em que a parte autora pleiteia, resumidamente, a condenação dos Réus no (i) pagamento as diferenças de aluguéis no valor de R\$ 496; (ii) pagamento do valor necessário para a reparação do imóvel, estipulado em R\$1.080, conforme devidamente apurado por meio de três orçamentos apresentados unilateralmente pela autora; (iii) aluguéis referentes ao período em que o imóvel está supostamente indisponível para utilização, tendo em vista as alegadas péssimas condições em que se encontra, até o tempo necessário para a realização dos reparos; (iv) multa correspondente a 3 meses de aluguel, pelo suposto descumprimento da obrigação de apresentar a documentação do imóvel e de devolver o imóvel em condições de uso. No dia 3 de fevereiro de 2009, foi realizada audiência no Setor de Conciliação do Fórum Central, conciliação essa que restou infrutífera. Foi proferida sentença de procedência parcial, condenando a SESES ao pagamento de perdas e danos. Atualmente, aguarda-se julgamento dos embargos de declaração opostos pela SESES. Embargos improvidos. Apelação cível interposta pela SESES. O valor estimado para esse processo é de R\$ 1.500;
- (ii) Ação de indenização promovida por Hudson José Roque Lima e outros contra a STB, através da qual se objetiva a entrega de diploma do curso de tecnólogos em análises clínicas - curso que foi extinto pelo Ministério da Educação - MEC, bem como o pagamento de indenizações, a título de perdas e danos e danos morais. O processo está em fase de conhecimento, tendo sido iniciada a fase probatória com o requerimento de produção de prova testemunhal e documental superveniente, que será analisado pelo Juiz. Audiência de instrução marcada para o dia 08/11/2011. Autos conclusos para sentença em 10/11/2011. O montante estimado é de R\$ 1.161;

Notas Explicativas

14. Provisões para contingências--Continuação

a) Cíveis--Continuação

- (iii) Ação Civil Pública, com pedido de tutela antecipada, proposta pelo Ministério Público Federal em face de várias instituições de ensino superior, dentre elas a SESES, através da qual se objetiva a abstenção das rés de cobrarem taxa para a confecção da primeira via do diploma de conclusão de curso e a devolução em dobro da taxa cobrada dos ex-alunos já formados. Tutela deferida para suspender a cobrança da 1ª via de diploma. A SESES deixou de cobrar a referida taxa antes do deferimento desta tutela, após, foi publicado despacho na imprensa oficial, no dia 16 de abril de 2010 determinando que os Réus se manifestassem em provas. Foi proferida sentença de procedência parcial, condenando a SESES a se abster de cobrar qualquer valor pela expedição e registro da primeira via do modelo oficial de diploma de graduação. A SESES já atende o comando judicial na medida em que não cobra valores para expedição do diploma. Portanto, a referida decisão não gera impacto financeiro. Foi interposto recurso de apelação pelo Ministério Público, o qual está pendente de julgamento. O valor estimado da causa é de R\$ 1.000.

b) Trabalhistas

Os principais pedidos das reclamações trabalhistas são horas extras, férias não gozadas, reconhecimento de vínculo empregatício, equiparação salarial e diferenças salariais decorrentes de redução de cargas horárias de determinados professores. Nossos consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza trabalhista e, para suportar as prováveis perdas com essas causas, a administração da Companhia mantém provisão no montante de R\$ 27.870 em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 24.330 em 31 de dezembro de 2010).

Notas Explicativas

14. Provisões para contingências--Continuação

b) Trabalhistas--Continuação

Dentre as principais ações trabalhistas, destacam-se:

- (i) Ação trabalhista movida por um Sindicato regional em face da SESES, por meio da qual requer o pagamento, em favor do corpo administrativo da Instituição, dos valores devidos a título de previdência privada, conforme Cláusula 10ª da Convenção Coletiva do Trabalho, a qual estabelece o recolhimento em favor de entidade de previdência privada de 6% sobre o total da folha salarial dos auxiliares, a ser rateado em partes iguais entre o total de colaboradores. Atualmente, o processo encontra-se em fase de execução, aguardando julgamento do agravo de petição que foi interposto em face da decisão que julgou parcialmente procedente os embargos à execução apresentados pela SESES; e
- (ii) Ação trabalhista movida por ex-funcionário em face da SESES, com pedido de reintegração ao cargo de docente, bem como a condenação da Companhia ao pagamento do valor corresponde às férias em dobro, acrescidas de abono equivalente a 1/3 das férias, dentre outros pedidos de menor relevância. Atualmente, o processo encontra-se em fase de execução e foram apresentados, pela Companhia, embargos à execução. O valor estimado da causa é R\$ 1.560.

Nossos consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza trabalhista com perda possível, cujo valor em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 77.311 (R\$ 54.030 em 31 de dezembro de 2010).

Notas Explicativas

14. Provisões para contingências--Continuação

b) Trabalhistas--Continuação

Dentre as principais ações trabalhistas não provisionadas destacam-se:

- (i) Ação movida pelo Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro em face da SESES, por meio da qual requer o pagamento de reajustes salariais em favor do corpo docente da Companhia (cerca de 5.595 professores quando da distribuição da ação), como previsto na Convenção Coletiva: 3% a partir de 1º de abril de 2004 sobre o salário devido em outubro de 2003 e 6,62% a partir de 1º de outubro de 2004 sobre o salário devido em outubro de 2003. Requer, também, multa de 10% sobre o salário base de cada professor substituído por descumprimento da norma coletiva de trabalho. Foi proferida decisão desfavorável para a Companhia. O processo encontra-se em fase recursal, aguardando o julgamento do recurso interposto pela SESES. O valor estimado é de R\$ 1.500;
- (ii) Ação movida pelo Ministério Público do Trabalho em face da SESES, na qual se discute a legalidade da alteração praticada pela Companhia no contrato de trabalho dos professores horistas, com a conseqüente mudança do sistema de cálculo dos pagamentos dos salários e a legalidade do procedimento trabalhista em manter professores em seu corpo docente sem turmas para ministrar aulas, situação de suspensão tácita e unilateral dos contratos de trabalho. O processo encontra-se pendente de julgamento de 1ª instância judicial. O valor estimado da causa é de R\$ 500;
- (iii) Ação de Cumprimento movida pelo Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais, através da qual requer o pagamento de diferenças salariais decorrentes da alegada não observância da isonomia salarial que deveria ser praticada entre o corpo de docentes, além do pagamento de multa de 10% prevista em Convenção Coletiva do Trabalho por descumprimento de obrigações convencionadas nesse instrumento. O processo encontra-se em fase de conhecimento, especificamente em fase de realização de prova pericial. O valor atribuído à causa pela parte autora é de R\$ 50.

Notas Explicativas

14. Provisões para contingências--Continuação

c) Tributárias

Nossos consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza tributária e, para suportar as prováveis perdas com essas causas, a Administração mantém provisão no montante de R\$ 343 em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 5.711 em 31 de dezembro de 2010).

Da mesma forma, os nossos consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza tributária, classificadas com risco de perda possível, cujo valor em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 206.934 (R\$ 197.634 em 31 de dezembro de 2010).

Dentre as principais ações de natureza tributária não provisionadas nas demonstrações financeiras, podemos destacar:

- (i) Foram lavrados 27 Autos de Infração pela Secretaria da Receita Federal em face da SESES, tendo por objetos supostos débitos de contribuições previdenciárias, relativos aos exercícios sociais de 2003, 2004 e 2005 e descumprimento de obrigações acessórias, assim como foi lavrado termo de arrolamento de bens imóveis da SESES, decorrente do valor total de tais autuações. Esses autos questionam, principalmente, o preenchimento dos requisitos legais para qualificação da SESES como entidade beneficente de assistência social e seu correspondente direito à isenção de contribuições previdenciárias, condição que ostentou até 09 de fevereiro de 2007 quando se transformou em sociedade empresária. Foram apresentadas as respectivas impugnações, em 22 de janeiro de 2009, através das quais, em linhas gerais, a SESES sustentou que sempre cumpriu integralmente todos os requisitos legais para o gozo do direito à isenção de tais contribuições previdenciárias até a data de transformação de sua natureza jurídica. Até 30.09.2011 a SESES e a Estácio Participações foram intimadas para ciência de decisões de 1ª instância administrativa em parte desses autos de infração, dentre os quais alguns deram provimento parcial às nossas respectivas impugnações, para reconhecer a decadência e excluir dos lançamentos o período de 01/2003 a 11/2003, tendo sido mantidos os demais argumentos da fiscalização. Em face de tais decisões, foram interpostos recursos voluntários, os quais se encontram pendentes de julgamento perante o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. O valor total envolvido, sem considerar a redução decorrente do reconhecimento da referida decadência, é de R\$ 531.837. De acordo com a opinião dos nossos assessores jurídicos externos, a possibilidade de perda nesses processos continua a ser remota.

Notas Explicativas

14. Provisões para contingências--Continuação

c) Tributárias--Continuação

- (ii) Foram lavrados 04 Autos de Infração pela Secretaria da Receita Federal em face da SESES, tendo por objetos supostos débitos de contribuições previdenciárias, relativos ao período de 01/2006 a 01/2007 e descumprimento de obrigações acessórias. Esses autos questionam, principalmente, o preenchimento dos requisitos legais para qualificação da SESES como entidade beneficente de assistência social e seu correspondente direito à isenção de contribuições previdenciárias, condição que ostentou até 09 de fevereiro de 2007. Foram apresentadas as respectivas impugnações, em 22 de setembro de 2011, através das quais, em linhas gerais, a SESES sustentou que sempre cumpriu integralmente todos os requisitos legais para o gozo do direito à isenção de tais contribuições previdenciárias até a data de transformação de sua natureza jurídica. Atualmente, as referidas impugnações estão pendentes de julgamento na Delegacia Especial da Secretaria da Receita Federal do Brasil de Maiores Contribuintes no Rio de Janeiro - DEMAC/RJO. O valor total envolvido é de R\$ 176.851. De acordo com a opinião dos nossos assessores jurídicos externos, a possibilidade de perda nesses processos é remota.
- (iii) Ação Popular, movida por Luiz Claudio de Lemos Tavares, em face da SESES e da Companhia, objetivando anular o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), relativamente ao triênio 2001 a 2003 e, por consequência, a compelir a SESES a ressarcir o erário público os tributos não recolhidos, em decorrência de sua imunidade. Em 22 de setembro de 2009, foi publicada decisão que reconheceu a ilegitimidade passiva da Companhia. Em 26.11.2010, foram opostos Embargos de Declaração pelo autor, os quais foram rejeitados, conforme sentença publicada em 11.02.2011. Em 01.03.2011, foi juntado recurso de apelação interposto pelo autor, o qual se encontra pendente de julgamento. De acordo com os nossos consultores jurídicos externos, a possibilidade de perda nesse processo é remota e o valor atualizado da demanda é de R\$ 195.317;

Notas Explicativas

14. Provisões para contingências--Continuação

c) Tributárias--Continuação

- (iv) Foi lavrado Auto de Infração pela Secretaria Municipal de Fazenda do Município do Rio de Janeiro em face da SESES, o qual aponta as supostas infrações: (i) não recolhimento de ISS sobre a prestação de serviços de ensino superior, no período de janeiro de 2005 a janeiro de 2007, por ter transferido todo o seu patrimônio em fevereiro de 2007 para uma “*nova sociedade por quotas limitadas*”; (ii) não recolhimento de ISS sobre a prestação de serviços de ensino superior, no período de fevereiro de 2007 a julho de 2009, por não incluir na base de cálculo do ISS o valor das bolsas concedidas através do PROUNI; e (iii) insuficiência de retenção e recolhimento de ISS devido pelos serviços prestados por empresas de guarda, vigilância, conservação e limpeza de imóveis, no período de janeiro de 2005 a maio de 2009. Em 19 de fevereiro de 2010, a empresa apresentou impugnação ao referido auto de infração. No momento, aguarda-se decisão de 1ª instância. O valor atualizado da autuação é de R\$ 146.948. A classificação de risco de perda atribuída pelos nossos assessores jurídicos externos é remota;
- (v) Ação Ordinária distribuída pela SESES, em face da União Federal/Fazenda Nacional, através da qual pleiteia autorização para recolher as contribuições previdenciárias, de acordo com a gradação prevista no artigo 13 da Lei No. 11.096/05 (“Lei do PROUNI”), tendo essa gradação início a partir do 1º mês de realização da assembléia geral que autorizou a transformação da sua natureza jurídica para sociedade com fins lucrativos, ocorrida em fevereiro de 2007, resultando, por conseguinte, na seguinte gradação para recolhimento das contribuições previdenciárias pela SESES: 20% em 2007; 40% em 2008; 60% em 2009; 80% em 2010 e 100% em 2011, em detrimento do entendimento da fiscalização do INSS, a qual defende que a contagem do prazo de cinco anos para a aplicação da gradação dos percentuais previstos no referido artigo 13 da Lei do PROUNI teria o seu início com a publicação da referida Lei, o que ocorreu em 2005. A SESES requer, ainda, a antecipação dos efeitos da tutela para que a Fazenda Nacional se abstenha de recusar a expedição de Certidão Positiva com efeitos de Negativa de Débitos de Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, assim como de praticar quaisquer outros atos tendentes a exigir da SESES supostos débitos objeto da “Consulta Regularidades junto ao Fisco Previdenciário”, sendo a exigibilidade dos mesmos suspensa ou ainda daqueles resultantes da interpretação dada pela SESES ao artigo 13 da Lei No. 11/096/05. Em 16 de agosto de 2010 foi publicada sentença que julgou improcedente o pedido formulado pela SESES, contra a qual foi interposto recurso de apelação, o qual aguarda julgamento. A classificação de risco de perda atribuída pelos nossos consultores externos é possível e o valor estimado da demanda é de R\$ 11.037;

Notas Explicativas

14. Provisões para contingências--Continuação

c) Tributárias--Continuação

- (vi) Foram lavrados autos de infração, através dos quais a Prefeitura de Niterói cobra da SESES o ISS do período compreendido entre janeiro de 2004 a janeiro de 2007, tendo em vista a suspensão da imunidade tributária, realizada pela Administração Pública Municipal em razão de alegado descumprimento dos requisitos para o gozo da imunidade previstos no art. 14 do CTN, ou seja, por não ter sido supostamente apresentada à fiscalização a escrita fiscal e contábil nos termos da legislação em vigor. Adicionalmente, são exigidas diversas multas por descumprimento de obrigações acessórias, algumas sem qualquer respaldo legal e outras com possível caráter confiscatório. Foram apresentados os recursos voluntários contra as decisões de 1ª instância administrativa que julgaram improcedentes as impugnações apresentadas pela SESES. Estamos aguardando as decisões de 2ª instância administrativa. O valor total autuado é de R\$ 11.073. A classificação de risco de perda atribuída pelos nossos assessores jurídicos externos é possível;
- (vii) Ação Declaratória e de Repetição de Indébito distribuída pela SESES, em face da União Federal, para discutir judicialmente a exigência da contribuição ao PIS. Trata-se de ação objetivando a declaração de inexistência de relação jurídico-tributária da obrigação do recolhimento da contribuição ao PIS na medida em que a Companhia era portadora do CEBAS, bem como do reconhecimento do direito à restituição dos valores recolhidos nos últimos dez anos. Em 1ª e 2ª instâncias, foram proferidas decisões favoráveis à Companhia, reconhecendo a imunidade e crédito decorrente do recolhimento indevido. Atualmente, o processo encontra-se pendente de julgamento de recurso especial, interposto pela própria SESES para majoração de honorários advocatícios, bem como de recurso extraordinário, interposto pela União Federal, pleiteando a improcedência do pedido inicial. Por conta desse processo, foram depositados os valores que seriam devidos a título do PIS (à base de 1% da folha de pagamento), até o momento da transformação da SESES de entidade sem fins lucrativos e beneficente de assistência social em sociedade empresária, ocorrida em 9 fevereiro de 2007. O valor total depositado é de R\$ 5.358;

Notas Explicativas

14. Provisões para contingências--Continuação

c) Tributárias--Continuação

- (viii) Auto de Infração, lavrado pela Secretaria da Receita Federal, contra a SESES, tendo por objeto alegados débitos de COFINS, relativos ao exercício social de 1996, por entender que a Instituição não preenchia todos os requisitos legais para sua qualificação como entidade beneficente de assistência social e seu correspondente direito à imunidade tributária. Essa autuação continua sendo discutida em esfera administrativa, especificamente no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. A classificação de risco de perda atribuída pelos nossos consultores externos é possível e o valor atualizado da demanda é de R\$ 3.490;
- (ix) Ação Anulatória distribuída pela SESES, em face da União Federal, objetivando desconstituir o crédito fiscal objeto da Intimação para Pagamento nº 86202/2008, consubstanciada na cobrança de contribuições previdenciárias supostamente devidas no período compreendido entre dezembro de 2005 e fevereiro de 2008. Atualmente, o processo encontra-se em fase de conhecimento, aguardando decisão administrativa de 1ª instância. A classificação de risco de perda atribuída pelos nossos consultores externos é possível e o valor atualizado da demanda é de R\$ 2.628;
- (x) Auto de Infração lavrado pela Secretaria da Receita Federal para exigir da SESES a Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), relativa ao período compreendido entre 31 de janeiro de 2006 e 31 de janeiro de 2007, supostamente incidente sobre receitas não decorrentes das atividades próprias da Instituição. Apresentamos impugnação em 13 de outubro de 2010. No momento, aguarda-se a apreciação da referida impugnação. A classificação de risco de perda atribuída pelos nossos assessores jurídicos externos é possível e o valor estimado da demanda é de R\$ 1.683; e

Notas Explicativas

14. Provisões para contingências--Continuação

c) Tributárias--Continuação

- (xi) Execução Fiscal ajuizada em face da IREP (sucessora legal dos direitos e obrigações da incorporada Sociedade de Ensino Superior de Sergipe Ltda.), tendo como fundamento o débito consubstanciado no Auto de Infração nº 132460, relativo a valores de ISS supostamente devidos no período compreendido entre janeiro de 2003 a janeiro de 2007. Foi apresentada exceção de pré-executividade em 31.03.2011, qual foi julgada procedente. Após julgamento da apelação interposta pela Prefeitura, qual confirmou a decisão de procedência, os autos serão arquivados. A classificação de risco de perda atribuída pelos nossos assessores jurídicos externos é possível e o valor envolvido atualizado é de R\$ 4.209;
- (xii) Foram lavrados 05 Autos de Infração pela Secretaria da Receita Federal em face da SESES, relativos ao período de 02/2007 a 12/2007, tendo por objeto supostos débitos de (a) contribuições previdenciárias (cota patronal) incidentes sobre a remuneração de segurados empregados e contribuintes individuais e destinadas ao RAT (Risco Ambientais do Trabalho) sobre a remuneração de segurados empregados; (b) suposta não declaração em GFIP de contribuições previdenciárias calculadas e descontadas de segurados empregados e contribuintes individuais; (c) contribuições previdenciárias (INCRA, FNDE, SESC e SEBRAE) incidentes sobre a remuneração de segurados empregados; e (d) multa por descumprimento de obrigação acessória, decorrente de alegadas incorreções e/ou omissões relacionadas a GFIP. Foram apresentadas as respectivas impugnações, em 30 de janeiro de 2012. Atualmente, as referidas impugnações estão pendentes de julgamento na Delegacia Especial da Secretaria da Receita Federal do Brasil de Maiores Contribuintes no Rio de Janeiro - DEMAC/RJO. O valor total envolvido é de R\$ 20.688. De acordo com a opinião dos nossos assessores jurídicos externos, a possibilidade de perda nesses processos é possível.

Notas Explicativas

15. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social poderá ser aumentado pelo Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 1.000.000.000 (um bilhão) ações. Em 31 de dezembro de 2011 o capital social é representado por 82.251.937 ações ordinárias.

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 31 de agosto de 2010 foi aprovado o Protocolo de Justificação de Incorporação da Moema Participações S.A. pela Companhia. A incorporação resultará em benefícios financeiros para incorporadora. O ágio originalmente registrado pela incorporada e atribuído à rentabilidade futura da incorporadora, no valor de R\$ 171.129, oriundo da aquisição, em 2008, de ações de emissão da incorporadora, será amortizado fiscalmente em período de 60 meses nos termos da legislação tributária vigente, baseado na expectativa de lucro tributável futura. A Administração da Companhia está revisando os planos de negócios relacionados a expectativa de lucros tributáveis futuros que suportem o registro e reconhecimento dos créditos tributários relacionados ao referido ágio e os respectivos créditos tributários somente serão registrados se e quando houver expectativa de realização dos mesmos e na extensão em que seu aproveitamento seja provável. Nenhum crédito fiscal foi contabilizado em 31 de dezembro de 2011 por conta deste processo de incorporação.

A composição acionária do capital da Companhia de 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, é como segue:

Acionistas	31/12/2011	%	31/12/2010	%
Private Equity C, LLC	15.290.208	18,6%	15.290.208	18,6%
GPCP4 - Fundo de Investimento em Participações	426.804	0,5%	426.804	0,5%
Administradores e Conselheiros (1)	2.445.093	3,0%	4.246.053	5,2%
Tesouraria	252.500	0,3%	15.300	0,1%
Outros (2)	63.837.332	77,6%	62.059.676	75,6%
	82.251.937	100,0%	82.038.041	100,0%

1. Considera as ações de Marcel Cleofás Uchôa Cavalcanti, membro do Conselho de Administração.

2. Considera as ações de André Cleofás Uchôa Cavalcanti como ações em circulação, após a OPA realizada em 2010.

Notas Explicativas**15. Patrimônio Líquido--Continuação**b) Movimentação das ações do capital

Quantidade de ações escriturais, sem valor nominal.

Em 1º de janeiro de 2010	<u>78.585.066</u>
Emissão de ações ordinárias, em atendimento ao exercício das opções outorgadas - AGO 28/01/2010.	32.121
Emissão de ações ordinárias, em atendimento ao exercício das opções outorgadas - AGO 29/04/2010.	122.431
Emissão de ações ordinárias, em atendimento ao exercício das opções outorgadas - AGO 29/07/2010.	12.225
Emissão de ações ordinárias, em atendimento ao exercício das opções outorgadas - AGO 06/10/2010.	3.280.324
Emissão de ações ordinárias, em atendimento ao exercício das opções outorgadas - AGO 28/10/2010.	5.874
Emissão de ações ordinárias, em atendimento ao exercício das opções outorgadas - AGO 20/04/2011.	<u>213.896</u>
Em 31 de dezembro de 2011	<u>82.251.937</u>

c) Ações em tesouraria

O Conselho de Administração, em reunião realizada em 12 de maio de 2010, aprovou o plano de recompra de ações da Companhia, encerrado em 11 de maio de 2011. As ações adquiridas poderão ser utilizadas para manutenção em tesouraria, cancelamento e/ou posterior alienação, podendo ainda ser utilizadas para atender ao eventual exercício de opções no âmbito dos programas de opção de compra de ações da Companhia. O programa previu a recompra de até 1.527.788 ações.

Até 31 de dezembro de 2011 e após encerramento deste programa, a Companhia havia recomprado 252.500 ações, com um custo médio de R\$ 18,84 por ação, e preço a mercado de R\$ 17,99 por ação na mesma data.

Notas Explicativas**15. Patrimônio líquido--Continuação**c) Ações em tesouraria--Continuação

Movimentação das ações em tesouraria:

	<u>Ordinária</u>	<u>Saldo</u>
Aquisições no 1º trimestre de 2010	15.000	291
Aquisições no 2º trimestre de 2010	300	6
Aquisições no 1º trimestre de 2011	43.700	1.029
Aquisições no 3º trimestre de 2011	173.900	3.113
Aquisições no 4º trimestre de 2011	19.600	317
	<u>252.500</u>	<u>4.756</u>
Custo médio de aquisição em 31 de dezembro de 2011 por ação	18,84	
Valor de mercado em 31 de dezembro de 2011	17,99	

d) Reserva de capitald.1) Ágio na subscrição de ações

À época de sua constituição, a SESES foi reconhecida como entidade sem fins lucrativos, e em razão disso gozava de imunidade e isenção tributária, sendo reconhecida como de utilidade pública no âmbito federal e estadual. Com a transformação da SESES em sociedade com fins lucrativos, em 9 de fevereiro de 2007, a Entidade passou a se sujeitar à carga tributária devida por uma sociedade comercial, ressalvadas as isenções decorrentes à adesão ao PROUNI. A exemplo da SESES, as mantenedoras, embora não tivessem caráter filantrópico, quando de sua constituição também foram reconhecidas como entidades sem fins lucrativos, fazendo jus a determinadas isenções fiscais até 30 de setembro de 2005 quando foram transformadas em sociedades empresariais com fins lucrativos. Quando do referido aumento do capital social, os acionistas da Companhia atribuíram ao preço de emissão das ações o valor de R\$ 27.072, ao passo que o valor dos ativos utilizados na integralização do capital indicava que as quotas da SESES e das mantenedoras possuíam um valor patrimonial de R\$ 123.554.

O valor deste aumento de capital (R\$ 27.072) equivale aos recursos efetivamente de entidades sem fins lucrativos para sociedades empresárias.

Notas Explicativas

15. Patrimônio líquido--Continuação

d) Reserva de capital--Continuação

d.2) Opções de outorgas

A Companhia constituiu a Reserva de Capital para Opções de Ações outorgadas no montante de R\$ 3.385 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 5.894 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010), conforme mencionado na Nota 20 (b). Como o pronunciamento técnico requer, o valor justo das opções foi determinado na data da outorga e está sendo reconhecido pelo período de aquisição do direito (vesting period), até a data dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

e) Reserva de lucros

e1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite, a apropriação na mais se faz obrigatório. A reserva de capital somente poderá ser utilizada para aumento de capital social ou para compensar prejuízos acumulados.

e.2) Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital, em conformidade com o artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

Em 31 de dezembro de 2011 R\$ 49.985 foram destinados a reserva de retenção de lucros para face aos investimentos previstos no orçamento de capital da Companhia preparado por sua Administração. A Assembléia Geral Ordinária realizada em 3 de abril de 2012 aprovou o orçamento de capital da Companhia bem como a destinação de R\$ 49.985 para reserva de retenção de lucros.

Notas Explicativas**15. Patrimônio Líquido--Continuação**f) Dividendos

O Estatuto da Companhia prevê um dividendo mínimo obrigatório, equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição de reserva legal, conforme preconizado pela legislação societária, ressalvado os casos em que o Acordo de Acionistas estabeleça diferente, quando aplicável. Desde a oferta pública secundária realizada em 2010, não há acordos de acionistas na Companhia.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 o cômputo dos dividendos e sua respectiva movimentação no exercício são como segue:

	Controladora	
	31/12/2011	31/12/2010
Lucro líquido do exercício da controladora	70.155	80.660
Constituição da reserva legal (Artigo 193 da Lei nº. 6.404).	(3.508)	(4.033)
Lucro líquido após apropriação da reserva legal	66.647	76.627
Dividendo mínimo obrigatório – 25%	16.662	19.157
Dividendos adicionais propostos pela administração	16.662	19.157
Dividendos propostos pela administração	16.662	38.314
Quantidade de ações em 31 de dezembro	82.251.937	82.038.041
Dividendo por ação – em reais	0,20257	0,46703

Notas Explicativas**16. Resultado financeiro**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Receitas financeiras				
Multa e juros recebidos por atraso	-	-	14.066	12.870
Rendimentos de aplicações financeiras	2.257	5.003	8.030	16.439
Juros sobre capital próprio	1.500	-	-	-
Outras	1.173	1.310	1.780	1.226
	4.930	6.313	23.876	30.535
Despesas financeiras				
Despesas bancárias	28	1	5.634	4.608
Juros e encargos financeiros	7.566	-	9.650	1.386
Perdão de dívida	3.298	-	3.298	-
Descontos financeiros	-	-	6.711	7.106
Outras	1.268	307	4.175	3.113
	12.160	308	29.468	16.213

A rubrica de descontos financeiros corresponde aos descontos concedidos quando das renegociações de mensalidades em atraso.

17. Imposto de renda e contribuição social

Em conformidade com a Lei nº 11.096/2005, regulamentada pelo Decreto 5.493/2005 e normatizada pela Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 456/2004, nos termos do artigo 5º da Medida Provisória nº 213/2004, as entidades de ensino superior que aderiram ao PROUNI ficam isentas, no período de vigência do termo de adesão, dentre outros, do IRPJ e da CSLL, devendo a apuração ser baseada no lucro da exploração das atividades isentas.

Notas Explicativas**17. Imposto de renda e contribuição social--Continuação**

A reconciliação dos impostos apurados, conforme alíquotas nominais, e o valor dos impostos registrados nos períodos findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 estão apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	70.155	80.589	75.226	73.826
Alíquota nominal combinada de imposto de renda e da contribuição social	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(23.853)	(27.400)	(25.577)	(25.101)
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva				
Ajustes da Lei 11.638/2007	-	-	(1.426)	(2.311)
Equivalência patrimonial	30.326	28.187	-	-
Amortização de Ágio	-	-	1.812	(738)
Despesas não dedutíveis (a)	(1.916)	(235)	(3.574)	-
Provisão de Bônus (a)	-	-	-	-
Lucros auferidos no exterior	-	(186)	37	(186)
Compensação de prejuízo fiscal	(4.557)	(367)	(5.377)	-
Provisão para contingências	-	-	(2.574)	(2.737)
Reversão de mensalidades a cancelar	-	-	1.985	400
Crédito tributário diferido não contabilizado (b)	-	-	-	(593)
Reversões de provisões administrativas (c)	-	-	6	(71)
Outras	-	(70)	2.400	(299)
	-	(71)	(32.288)	(31.637)
Benefício fiscal lucro da exploração – PROUNI	-	-	31.001	25.503
Imposto de renda e contribuição social no resultado do período	-	(71)	(1.287)	(6.134)
Alíquota efetiva	0,00%	0,09%	1,71%	8,31%

(a) Refere-se basicamente a despesa de bônus a funcionários, patrocínios, doações e brindes.

(b) Refere-se aos créditos tributários cálculos sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias ainda não contabilizadas.

(c) Refere-se a baixa de fornecedores em aberto até o ano de 2008.

Notas Explicativas**17. Imposto de renda e contribuição social--Continuação**

A composição da despesa com imposto de renda e contribuição social apresentada nas demonstrações consolidadas do resultado dos períodos de doze meses findos em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 encontra-se resumida a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Imposto de renda e contribuição social do exercício corrente	-	71	(1.287)	(6.134)
Imposto de renda e contribuição social diferidos do exercício corrente	-	-	(3.784)	12.968
Outras	-	71	(5.071)	6.834

Em 31 de dezembro de 2011 as controladas SESES e IREP contabilizaram crédito tributário diferido decorrente das diferenças temporárias no montante de R\$ 13.365. A composição de efeito tributário sobre as adições temporárias que deram origem a contabilização do mencionado crédito encontra-se resumida a seguir:

	31/12/2011	31/12/2010
Provisão para contingência	10.581	10.569
Mensalidades a cancelar	44	2.028
Provisão para desmobilização	2.740	2.740
	13.365	15.337

A realização do crédito tributário diferido sobre diferenças temporárias contabilizada em 31 de dezembro de 2011 está vinculada a realização da provisão que deu origem ao mencionado crédito. Conseqüentemente não apresentamos a expectativa de realização anualmente já que a administração da Companhia não tem elementos para prever a realização da provisão para contingência e provisão para desmobilização.

Em 31 de dezembro de 2011 a controlada IREP contabilizou Imposto de Renda e Contribuição Social diferido passivo no montante de R\$ 1.812 decorrente da amortização fiscal do ágio gerado na aquisição das empresas por ela incorporada.

Notas Explicativas

18. Instrumentos financeiros e análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2011 a Companhia possui créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social no montante de R\$ 8.023. (R\$ 3.466 em 31 de dezembro de 2010) ainda não registrados contabilmente, por não ser possível afirmar se sua realização é, presentemente, considerada provável.

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros foram determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas para cada situação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas aqui apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes informações de mercado e/ou metodologias de avaliação poderá ter um efeito relevante no montante do valor de mercado.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia em 31 de dezembro de 2011 e 2010 encontram-se registrados nas contas patrimoniais e por valores compatíveis com aqueles praticados no mercado. Os principais estão descritos a seguir, bem como os critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores de mercado:

a) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Os valores contabilizados se aproximam dos valores de mercado em razão do vencimento a curto prazo desses instrumentos.

b) Partes relacionadas

Apresentadas ao valor contábil, uma vez que não existem instrumentos similares no mercado.

c) Empréstimos e financiamentos

São mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva.

d) Contas a receber

São classificados como ativos financeiros mantidos até o vencimento, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, os quais equivalem ao valor de mercado.

Notas Explicativas

18. Instrumentos financeiros e análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros--Continuação

e) Demais instrumentos financeiros ativos e passivos

Os valores estimados de realização de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações.

Fatores de riscos

Todas as operações da Companhia e suas controladas são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos. A Administração constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa em montante julgado suficiente para cobrir possíveis riscos de realização das contas a receber; portanto, o risco de incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados encontra-se mensurado e registrado contabilmente. Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Companhia podem ser assim enumerados:

a) Risco de crédito

Decorre de eventual dificuldade de cobrança dos valores dos serviços prestados.

A Companhia e suas controladas também estão sujeitas a risco de crédito proveniente de suas aplicações financeiras.

O risco de crédito relativo à prestação de serviços é minimizado por um controle estrito da base de alunos e gerenciamento ativo da inadimplência

Com relação ao risco de crédito associado às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas atuam de acordo com a Política de Uso de Caixa, aprovada pelo Conselho de Administração.

b) Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta à oscilação da taxa CDI (Certificado de Depósito Interbancário), que remunera suas aplicações financeiras e suas dívidas. Adicionalmente, qualquer aumento nas taxas de juros poderá elevar o custo dos empréstimos estudantis, inclusive os empréstimos nos termos do FIES, e reduzir a demanda em relação aos cursos.

Notas Explicativas

18. Instrumentos financeiros e análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros--Continuação

Fatores de riscos--Continuação

c) Risco de taxa de câmbio

O resultado da Companhia não é suscetível a sofrer variações pela volatilidade da taxa de câmbio, pois a Companhia não possui operações significativas em moeda estrangeira.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia e suas controladas não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia e suas controladas são monitorados diariamente pelas áreas de Gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia e suas controladas.

e) Análise de sensibilidade

A Deliberação CVM nº 550, de 17 de outubro de 2008 dispõe que as companhias abertas devem divulgar, em nota explicativa específica, informações qualitativas e quantitativas sobre todos os seus instrumentos financeiros, reconhecidos ou não como ativos ou passivos em seu balanço patrimonial.

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, a pagar, empréstimos e financiamentos, e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 se aproximam dos valores de mercado.

Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados a variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

Notas Explicativas

18. Instrumentos financeiros e análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros--Continuação

Fatores de riscos--Continuação

e) Análise de sensibilidade--Continuação

A instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, dispõe sobre a apresentação de informações sobre instrumentos financeiros, em nota explicativa específica, e sobre a divulgação do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade.

Com relação aos empréstimos, referem-se a operações cujo valor registrado é próximo do valor de mercado desses instrumentos financeiros.

As aplicações com CDI estão registrados a valor de mercado, conforme cotações divulgadas pelas respectivas instituições financeiras e os demais se referem, em sua maioria, a certificado de depósito bancário e operações compromissadas, portanto, o valor registrado desses títulos não apresenta diferença para o valor de mercado.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras ao qual a Companhia estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2011, foram definidos 03 cenários diferentes. Com base na última taxa básica de juros determinada pelo BACEN na reunião do Comitê de Política Monetária em 18 de janeiro de 2012 (10,50% a.a), utilizou-se esta taxa como cenário provável para o ano. A partir desta, foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a “receita financeira bruta”, não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2011, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

<u>Operações</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário provável (I)</u>	<u>Cenário (II)</u>	<u>Cenário (III)</u>
Aplicações financeiras R\$ 3.348	CDI	10,50% R\$ 352	7,88% R\$ 264	5,25% R\$ 41

Notas Explicativas

18. Instrumentos financeiros e análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros--Continuação

Fatores de riscos--Continuação

e) Análise de sensibilidade--Continuação

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas ao qual a Companhia está exposta na data base de 31 de dezembro de 2011, foram definidos 03 cenários diferentes. . Com base nos valores do CDI médio de 10,50% para o ano de 2012, foi definido o cenário provável para o ano de 2012 e a partir deste calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2012. A data base utilizada para os empréstimos foi 31 de dezembro de 2011 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

<u>Operações</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário provável (I)</u>	<u>Cenário (II)</u>	<u>Cenário (III)</u>
Debêntures	CDI+1,60	12,27%	14,94%	17,60%
R\$ 202.981		R\$ 24.905	R\$ 30.305	R\$ 35.724
IFC	CDI+1,53	12,19%	14,86%	17,52%
R\$ 49.339		R\$ 6.014	R\$ 7.331	R\$ 8.644

f) Operações com derivativos

Em 27 de setembro de 2011, o Conselho de Administração da Companhia autorizou a recompra de ações de sua própria emissão, mediante a contratação de opções de compra ("calls"), e o lançamento de opções de venda ("puts" e conjuntamente opções) referenciadas em ações de emissão da Companhia, para fins de cancelamento, permanência em tesouraria e / ou posterior alienação, podendo ainda ser utilizadas para atender ao eventual exercício de opções no âmbito dos programas de opção de recompra de ações da Companhia, nos termos da instrução CVM nº390/03, conforme as condições abaixo, intermediada pelo Itaú. Essa operação carrega um custo de renda fixa pós-fixada na medida em que a obrigação da Companhia representa o valor desembolsado pela instituição financeira na data da recompra, acrescido de 13,35%aa, mais 1% aa de fiança, o que corresponde a aproximadamente 110% CDI.

Notas Explicativas

18. Instrumentos financeiros e análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros--Continuação

Fatores de riscos--Continuação

f) Operações com derivativos--Continuação

A quantidade de opções de compra ou de venda a serem lançadas ou adquiridas são os mesmos constantes das informações divulgadas no Fato Relevante publicado em 15 de julho de 2011.

As opções serão liquidadas por meio da entrega física das ações mediante o pagamento do preço de exercício, o qual será determinado com base no preço das opções acrescido dos devidos encargos financeiros.

Até 31 de dezembro de 2011, a Companhia realizou operações de opções com vencimento até 19 de novembro de 2012 com preço de exercício médio de R\$20,49 por ação.

O prazo máximo para realização das operações em referência é de 180 (cento e oitenta) dias a contar de 3 de outubro de 2011 e o prazo de vencimento das opções não será superior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias contados da data de cada operação.

Desde o início do programa de financiamento para recompra de ações não houve exercício das opções pelas partes envolvidas na operação.

19. Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas possuem um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Notas Explicativas

19. Cobertura de seguros--Continuação

A Companhia e suas controladas possuíam as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Responsabilidade civil dos diretores	80.000	75.000
Incêndio de bens do imobilizado	66.792	66.613
Responsabilidade civil	10.000	5.000
Despesa fixa	5.000	5.000
Equipamentos eletrônicos	200	200
Demais ramos	27.719	2.360

20. Remuneração dos administradores

a) Remuneração

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Companhia, é de responsabilidade dos acionistas, em Assembléia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores. Cabe ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os administradores. Em Assembléia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2010, foi fixado o limite de remuneração global mensal dos Administradores (Conselho de Administração e Diretoria) da Companhia.

Nos períodos de doze meses findos em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, a remuneração total (salários, benefícios, participação nos lucros, encargos sociais e ações) dos conselheiros, dos diretores e dos principais executivos da Companhia foi de R\$ 14.892 e R\$ 17.090, respectivamente, remunerações estas dentro dos limites aprovados em correspondentes Assembléias de Acionistas.

A Companhia e suas controladas não concedem benefícios pós-empregos, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo para a Administração e seus empregados, exceto pelo plano de opção de compra de ações descrito na Nota 20 (b).

Notas Explicativas

20. Remuneração dos administradores--Continuação

b) Plano de opção de compra de ações

Na Assembléia Geral Extraordinária de 13 de setembro de 2008, os acionistas aprovaram o Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia ("Plano"), direcionado aos administradores, empregados e prestadores de serviço da Companhia ("beneficiários"). O Plano é administrado pelo Comitê de Administração do Plano, criado pelo Conselho de Administração especificamente para este fim em reunião realizada em 1º de julho de 2008. Compete ao Comitê, periodicamente, criar programas de opção de aquisição de ações e outorgar à listagem de Beneficiários (revisada de tempos em tempos) as opções e as regras específicas aplicáveis, sempre observadas as regras gerais do Plano ("Programa").

O volume de opções de aquisição de ações está limitado a 4,15% das ações representativas do capital social da Companhia na data da aprovação de cada Programa. Tal limite poderá ser elevado até 5%, desde que a Companhia, através de recompras no mercado, tenha adquirido ações de sua própria emissão e cancelado as mesmas em montante igual ou superior ao montante de ações equivalentes ao percentual de 0,85% que poderão ser emitidas em razão do plano de opção de compra de ações.

A opção de aquisição de ações é formalizada em contrato individual firmado entre a Companhia e cada beneficiário. Como condição para aquisição do direito à opção de compra de ações, o beneficiário deve efetuar o pagamento do valor das ações em até 30 (trinta) dias contados da subscrição ou aquisição das ações relativas ao lote incorporado e exercido. Para o 1º Programa de Opção de Compra de Ações, aprovado pelo Comitê em 15 de julho de 2008, o Preço de Exercício das opções será de dezesseis reais e cinquenta centavos por ação, devidamente corrigido pelo IGPM desde 11 de julho de 2008, e deduzido o valor dos dividendos e juros sobre o capital próprio por ação eventualmente pagos pela Companhia a partir da data da celebração do contrato individual com o beneficiário.

Notas Explicativas

20. Remuneração dos administradores--Continuação

b) Plano de opção de compra de ações--Continuação

Para o 2º Programa de Opção de Compra de Ações, aprovado pelo Comitê em 20 de abril de 2010, o Preço de Exercício das opções será equivalente ao valor médio das ações dos últimos 30 (trinta) pregões na Bolsa de Valores de São Paulo anteriores à data da inclusão do beneficiário no 2º Programa, devidamente corrigido pelo IGPM desde a data da inclusão do beneficiário no 2º Programa, e deduzido o valor dos dividendos e juros sobre o capital próprio por ação eventualmente pagos pela Companhia a partir da data da celebração do contrato individual com o beneficiário. O Comitê poderá, quando da inclusão do beneficiário no 2º Programa, determinar que seja concedido um desconto de até 10% (dez por cento) no Preço de Exercício.

Em 31 de dezembro de 2011 o número de opções outorgadas que tinham sido exercidas era de 385.347 ações. O saldo de ações que compõem essas opções é 2.476.205 ações.

As premissas utilizadas para cálculo de cada outorga, a partir do modelo de Black-Scholes, são descritas a seguir:

Data da outorga	Preço spot*	Volatilidade anual	Taxa de juros real	Preço de exercício	Prazo médio (anos)	Dividend Yield
11/07/2008	23,5	57,49%	6,85%	16,5	4,68	0,97%
30/09/2008	14,05	56,00%	8,42%	16,5	4,68	1,62%
02/10/2008	14,6	55,87%	7,66%	16,5	4,68	1,56%
10/11/2008	14,65	64,90%	9,68%	16,5	4,68	1,55%
13/01/2009	13,2	63,99%	6,83%	16,5	4,68	1,72%
10/08/2009	24,05	58,14%	5,77%	16,5	4,68	0,95%
29/09/2009	20,1	56,75%	5,64%	16,5	4,68	1,13%
11/01/2010	24,5	63,15%	6,23%	16,5	4,68	0,93%
01/03/2010	22,5	62,20%	6,21%	16,5	4,68	1,01%
06/05/2010	18,99	60,71%	6,30%	19,2	4,68	1,62%
28/07/2010	20,2	58,84%	6,25%	19,2	4,68	1,52%
03/11/2010	25,2	57,60%	5,88%	19,2	4,68	1,52%
03/01/2011	26	56,73%	5,79%	23,6	4,68	1,18%
20/04/2011	23,4	54,94%	6,20%	23,6	4,68	1,32%

* Preço de mercado nas respectivas datas das outorgas

Em atendimento ao disposto no pronunciamento técnico CPC 10, os pagamentos baseados em ações que estavam em aberto em 31 de dezembro de 2011 foram mensurados e reconhecidos pela Companhia.

Notas Explicativas

20. Remuneração dos administradores--Continuação

b) Plano de opção de compra de ações--Continuação

A Companhia reconhece mensalmente as opções de ações outorgadas, como reserva de capital com contrapartida no resultado, registrando-se o montante de R\$ 3.385 no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 5.894 no exercício findo em 31 de dezembro de 2010).

Além do Plano de Opção de Compra de Ações, a Companhia não concedeu quaisquer outros benefícios aos seus administradores até 31 de dezembro de 2011.

21. Lucro por ação

Em atendimento ao CPC 41 (IAS 33) (aprovado pela Deliberação CVM nº 636 - Resultado por Ação), a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o lucro por ação em 31 de dezembro de 2011.

O cálculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O lucro diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

a) Lucro por ação básico

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Numerador		
Lucro líquido do período	70.155	80.660
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações em circulação	82.198.463	79.514.093
Lucro líquido por ação básico	<u>0,000853483</u>	<u>0,001014411</u>

Notas Explicativas**21. Lucro por ação--Continuação**b) Lucro por ação diluído

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Numerador		
Lucro líquido do período	70.155	80.660
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações em circulação	82.198.463	79.514.093
Potencial incremento na quantidade de ações em função do plano de opções	4.624.375	2.542.896
Média ponderada ajustada de ações em circulação	86.822.838	82.056.989
Lucro líquido por ação diluído	0,0008080825	0,000982975

22. Receita líquida de vendas

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Receita bruta das atividades	-	-	1.632.073	1.454.334
Deduções da receita bruta	-	-	(483.636)	(438.178)
Gratuidades - bolsas de estudo	-	-	(413.936)	(381.264)
Devolução de mensalidades e taxas	-	-	(9.594)	(5.117)
Descontos concedidos	-	-	(10.215)	(10.058)
Impostos	-	-	(49.891)	(41.739)
Receita líquida das atividades	-	-	1.148.437	1.016.156

23. Custos diretos dos serviços prestados

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Pessoal e encargos sociais	-	-	(556.071)	(508.624)
Energia elétrica, água, gás e telefone	-	-	(25.651)	(25.801)
Aluguéis, condomínios e IPTU	-	-	(102.565)	(96.534)
Depreciação e amortização	-	-	(27.074)	(19.814)
Serviços de terceiros – segurança e limpeza	-	-	(24.763)	(24.937)
Outros	-	-	(29.410)	(16.545)
Custo diretos dos serviços prestados	-	-	(765.534)	(692.255)

Notas Explicativas

24. Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(54.357)	(41.573)
Publicidade	-	-	(38.705)	(41.528)
Vendas e marketing	-	-	(20.767)	(12.328)
Despesas comerciais	-	-	(113.829)	(95.429)
Pessoal e encargos sociais	(3.597)	(3.692)	(79.018)	(75.786)
Serviços de terceiros	(6.056)	(4.423)	(44.479)	(38.563)
Aluguéis de máquinas e arrendamento mercantil	-	-	(2.573)	(2.867)
Material de consumo	-	-	(1.576)	(1.429)
Depreciação e amortização	(2.338)	(678)	(15.145)	(13.031)
Outras	(3.544)	(2.603)	(49.443)	(42.493)
Provisão para contingências	2.909	-	(4.661)	(5.181)
Despesas gerais e administrativas	(12.626)	(11.396)	(196.895)	(179.350)

25. Eventos subsequentes

Aquisição ASSEAMA

Em 06 de fevereiro de 2012 foi concluído o processo de compra da Associação Educacional da Amazônia ("ASSEAMA"), sociedade limitada, com sede e campus na cidade de Macapá, Estado do Amapá, através da sua controlada indireta Sociedade Educacional Atual da Amazônia Ltda. ("ATUAL"). A aquisição foi contratada sob condição resolutiva, sendo que as partes deverão cumprir suas respectivas condições precedentes dentro do prazo de 60 dias a contar da formalização do instrumento de compra e venda.

O valor da transação foi de R\$ 21.720, incluindo pagamento aos sócios e assunção de obrigações da empresa.

Na data da aquisição a ASSEAMA possuía 2.750 alunos matriculados em seus cursos (informações não auditadas). A consolidação das atividades em Macapá possibilitará a expansão da Companhia em um mercado que já atua, tornando-se, assim, a maior instituição de ensino superior privada da cidade. Além disso, complementa a oferta de um portfólio de cursos que agora cobre todos os principais segmentos com alta demanda pelo mercado de trabalho, com enfoque especial para cursos da área de saúde.

Notas Explicativas

25. Eventos subsequentes--Continuação

Aquisição IDEZ

Em 25 de junho de 2012, a Companhia adquiriu por meio de sua controlada indireta Sociedade Educacional Atual da Amazônia Ltda. ("ATUAL"), a totalidade das quotas do capital social da IDEZ Empreendimentos Educacionais Sociedade Simples Ltda. ("IDEZ"), mantenedora da Faculdade de Tecnologia IBRATEC de João Pessoa ("UNIBRATEC"), com sede e campus na Cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba. O valor da transação foi de R\$2.750, incluindo pagamento aos sócios e assunção de obrigações da empresa.

Na data de aquisição a IDEZ possuía 500 alunos matriculados em seus cursos presenciais de graduação e pós-graduação. A consolidação das atividades na Paraíba marcará a chegada da Estácio ao estado, consolidando a posição de instituição de ensino superior privado líder na região nordeste.

Aquisição FARGS

Em 01 de agosto de 2012 a Companhia adquiriu, através da sua controlada indireta Sociedade Educacional Atual da Amazônia Ltda. ("ATUAL"), a totalidade das quotas da SOCIEDADE EDUCACIONAL DO RIO GRANDE DO SUL S/S LTDA. ("FARGS"), mantenedora das Faculdades Riograndenses, instituição com sede e campi na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

O valor transação da FARGS foi de R\$ 9.000, incluindo pagamento aos sócios e assunção de obrigações da empresa.

A FARGS foi fundada em 1990 e possui aproximadamente 1.100 alunos e 117 professores alocados em 2 campi, disponibiliza 1.680 vagas anuais, contando em seu portfólio 11 cursos superiores e 8 de pós-graduação, além de cursos de extensão e cursos livres.

Aquisição UNIUOL

Em 21 de agosto de 2012 a Companhia adquiriu, através da sua controlada indireta Sociedade Educacional Atual da Amazônia Ltda. ("ATUAL"), a totalidade das ações da UNIUOL Gestão de Empreendimentos Educacionais e Participações S.A. ("UNIUOL"), mantenedora da Faculdade de Tecnologia do Uniuol, instituição com sede e campus na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba.

O valor da transação da UNIUOL foi de R\$ 615, incluindo pagamento aos sócios e assunção de obrigações da empresa.

Notas Explicativas

25. Eventos subsequentes--Continuação

Aquisição UNIUOL--Continuação

A UNIUOL foi fundada em 2001 e possui aproximadamente 300 alunos e 37 professores alocados em 1 campus, contém em seu portfólio 3 cursos de graduação tecnológicos e 6 de pós-graduação

Aquisição Unisãoluiz

Em 12 de setembro de 2012 a Companhia adquiriu, através da sua controlada indireta Sociedade Educacional Atual da Amazônia Ltda. ("ATUAL"), a totalidade das ações da UB

Unisãoluiz Educacional S.A. ("Unisãoluiz"), com sede e campus na cidade de São Luis, Estado do Maranhão.

O valor da transação foi de R\$ 21.791, incluindo pagamento aos sócios e assunção de obrigações da empresa.

Na data da aquisição a Unisãoluiz possuía 4.000 alunos matriculados em seus cursos (informações não revisadas). A consolidação das atividades no Maranhão marcará a chegada da Estácio ao estado, consolidando a posição de instituição de ensino superior privado líder na região nordeste.

A Companhia ainda não procedeu com a alocação do ágio destas aquisições, pois encontra-se em processo de apuração do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos assim como a identificação dos ativos intangíveis.

Registro de oferta de distribuição pública

Em 03 de dezembro de 2012, a Companhia protocolizou, na ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA"), pedido de análise prévia para registro de oferta distribuição pública primária de novas ações ordinárias de emissão da Companhia, todas nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Oferta Primária" e "Ações") e a distribuição secundária de Ações de emissão da Companhia e de titularidade do Private Equity Partners C, LLC e do GPCP4 - Fundo de Investimento em Participações (em conjunto, os "Acionistas Vendedores") ("Oferta Secundária" e, em conjunto com a Oferta Primária, "Oferta"), que será submetido ao procedimento simplificado instituído pela Instrução CVM 471 e pelo convênio celebrado entre a CVM e a ANBIMA e cujos termos e condições foram aprovados em Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 30 de novembro de 2012.

Proposta de Orçamento de Capital

ORÇAMENTO DE CAPITAL

Em conformidade com o disposto no Art. 196 da Lei 6.404/76 e no artigo 25, §1º, inciso IV da Instrução CVM nº 480/09, vimos submeter à aprovação de V.Sas. o Orçamento de Capital da Estácio Participações S.A.

Tendo em vista as projeções realizadas para o crescimento dos negócios em 2012, a Companhia realizará investimentos em estruturas, equipamentos e aperfeiçoamento de processos. Para concretizar esses investimentos será necessária a formação da Reserva de Retenção de Lucros no montante de R\$ 49.985.377,27, proveniente do lucro líquido do exercício de 2011.

O valor destinado para Reserva de Retenção de Lucros servirá para financiamento de parte do Orçamento de Capital da Companhia para o exercício de 2012.

O valor do orçamento de capital de 2012, compreendendo imobilizado a ser submetido à aprovação da Assembleia Geral que será realizada em 03.04.2012 é de R\$ 110.000.000,00.

Para fazer frente a este plano de investimento, teremos as seguintes origens:

- a) R\$ 49,9 milhões de Reserva de Retenção de Lucros; e,
- b) R\$ 60,1 milhões de Recursos de terceiros.

Destinação: Infraestrutura, expansão e revitalização	R\$ 80 milhões
Imobilizado/Intangível	R\$ 15 milhões
Aperfeiçoamento de processos	R\$ 15 milhões
Total	R\$ 110 milhões

Pareceres e Declarações / Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Estácio Participações S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Estácio Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidade dos auditores independentes--Continuação

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Estácio Participações S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Estácio Participações S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil..

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Estácio Participações S.A. essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Reapresentação das demonstrações financeiras

Em 28 de fevereiro de 2012, emitimos originalmente nosso relatório de auditoria sem modificações sobre as demonstrações financeiras da Companhia relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011. Conforme descrito na Nota 2.1, essas demonstrações

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Estácio Participações

Declaração

Declaramos para os devidos fins, na qualidade de diretores estatutários da Estácio Participações S.A., que revimos, discutimos e concordamos com as retificações realizadas nos ITRs de 30.09.11 e 30.09.12, bem como nas Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31.12.11, acompanhadas do Parecer dos Auditores.

Rio de Janeiro, 11 de janeiro de 2.013

Rogério Frota Melzi
Diretor Presidente

Virgílio Deloy Capobianco Gibbon
Diretor Financeiro

João Luis Tenreiro Barroso
Diretor de Relações Institucionais

Miguel P. de Paula
Diretor de Gente e Gestão

Paula Caleffi
Diretora de Ensino

Pedro Jorge Guterres Graça
Diretor de Mercado

Gilberto Castro
Diretor de Operações

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Estácio Participações

Declaração

Declaramos para os devidos fins, na qualidade de diretores estatutários da Estácio Participações S.A., que revimos, discutimos e concordamos com as retificações realizadas nos ITRs de 30.09.11 e 30.09.12, bem como nas Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31.12.11, acompanhadas do Parecer dos Auditores.

Rio de Janeiro, 11 de janeiro de 2.013

Rogério Frota Melzi
Diretor Presidente

Virgílio Deloy Capobianco Gibbon
Diretor Financeiro

João Luis Tenreiro Barroso
Diretor de Relações Institucionais

Miguel P. de Paula
Diretor de Gente e Gestão

Paula Caleffi
Diretora de Ensino

Pedro Jorge Guterres Graça
Diretor de Mercado

Gilberto Castro
Diretor de Operações

Motivos de Reapresentação

Versão	Descrição
2	Alteração no Fluxo de Caixa, Balanço Patrimonial e nas Notas Explicativas 2, 8, 15 e 20.
3	Inclusão de Parecer do Conselho Fiscal e Ata do Comitê de Auditoria (não estatutário)